

1 Contexto operacional

A Cosan S.A. (“Cosan” ou “a Companhia”) é uma companhia de capital aberto com ações negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, ou “B3”, sob a sigla CSAN3, e tem sua sede na cidade de São Paulo, Brasil e é controlada pela Cosan Limited, que detém 66,74% do seu capital social.

Em 31 de maio de 2019, a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (“ARSESP”), deliberou sobre a 4ª Revisão Tarifária Ordinária referente à atualização das tarifas da subsidiária Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS (“Comgás”), aplicadas a partir daquela data, em todos os segmentos. Adicionalmente, o contrato de concessão determina que as tarifas praticadas devam ser reajustadas uma vez ao ano, no mês de maio, com o objetivo de realinhar o seu preço ao custo do gás e ajustar a margem de distribuição pela inflação.

Excepcionalmente, a regulação permite reajustar o custo de gás em período inferior a um ano, desde que determinados critérios sejam atingidos, em função da diferença entre o custo de gás contido na tarifa e aquele pago pela concessionária ao seu fornecedor (Deliberação ARSESP 308/2012).

Em 1 de novembro de 2019, a controlada em conjunto Raízen Combustíveis e FEMSA Comercio, S.A. de C.V. (“FEMSA Comercio”) constituíram *joint venture*, denominada Rede Integrada de Lojas de Conveniências e Proximidade S.A., em que foi considerado um *Enterprise Value* de R\$ 1.122.000, com efeito no resultado de equivalência patrimonial de investimento em controladas em conjunto de R\$ 528.967 (nota 9), decorrente de ganhos relativos a diluição de participação, a alienação de ações e ao valor justo na formação da *joint venture*.

Em 6 de dezembro de 2019, a ARSESP publicou a Deliberação nº 933, aprovando o valor de R\$ 697.233, em moeda de abril de 2018, sem capitalização, resultado da 3ª Revisão Tarifária Ordinária da Comgás, para fins de compensação não tarifária à Concessionária, a ser aplicado na forma que vier a ser definida pelo Poder Concedente até 31 de maio de 2020. Com a publicação da referida Deliberação, não há mais discussões de natureza tarifária relativas a períodos anteriores com a Agência Reguladora. O valor indicado na deliberação não foi reconhecido nestas demonstrações financeiras, por ainda não atender os critérios contábeis.

Em 14 de janeiro de 2020, a Companhia contribuiu ao capital social da subsidiária Compass Gás e Energia S.A. (“Compass Gás e Energia”) a totalidade das ações que detinha da Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS (“Comgás”), ou seja, 103.699.333 ações ordinárias e 27.682.044 ações preferenciais equivalentes a 99,15% do capital social, pelo montante de R\$2.861.936 (nota 8.1). O patrimônio líquido contribuído foi o de 31 de dezembro de 2019 e, portanto, a partir de 01 de janeiro de 2020, a Compass Gás e Energia passou a deter seu controle.

Em 30 de janeiro de 2020, a Companhia adquiriu por meio da subsidiária Comercializadora de Gás S.A. (“Comercialização”), o controle da Black River Participações Ltda. (“Black River”) a Compass Comercializadora de Energia Ltda., a Compass Geração Ltda. e a Compass Energia Ltda. denominadas em conjunto “Compass Trading” por um valor equivalente a R\$ 95.000. O investimento tem como finalidade a entrada no negócio de comercialização de energia elétrica (nota 8.2).

Em 9 de março de 2020, a Cosan anunciou a criação do segmento “Gás e Energia”. Esse segmento integrará as operações da Comgás, TRSP - Terminal de Regaseificação da GNL de São Paulo S.A. (“TRSP”), Rota 4 Participações S.A. (“Rota 4”) e Compass Trading. Nosso novo segmento de gás e energia será o veículo através do qual desenvolveremos as atividades de (i) distribuição de gás natural canalizado em parte do Estado de São Paulo para clientes dos setores industrial, residencial, comercial, automotivo e cogeração; (ii) comercialização de energia elétrica e gás natural; (iii) infraestrutura em terminal de regaseificação e gasoduto de escoamento offshore; e (iv) geração térmica através do gás natural.

Em 16 de março de 2020, a Companhia aprovou o programa de recompra de ações ordinárias (nota 16.b). Em 02 de outubro a 19 de outubro de 2020 foram recompradas 2.149.600 ações ordinárias no valor de R\$ 166.080.

Em 30 de junho de 2020 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da subsidiária Compass Gás e Energia o pedido de registro da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias. Em 28 de setembro de 2020, a Compass Gás e Energia protocolou na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) o pedido de cancelamento da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias em razão da deterioração das condições de mercado, entretanto, a Compass Gás e Energia manteve o registro de Companhia Pública na CVM.

Em 26 de outubro de 2020, a subsidiária Compass apresentou, nesta data, com a aprovação de seu Conselho de Administração, proposta no processo competitivo de desinvestimento promovido pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras para alienação de sua participação de 51% do capital social da Petrobras Gás S.A. – Gaspetro (“Gaspetro”). A proposta apresentada conta com garantia da Companhia, e os demais termos e condições são confidenciais, em razão da natureza do processo competitivo conduzido pela Petrobras.

A concretização da potencial transação está sujeita a diversos fatores, incluindo a escolha da proposta apresentada pela Compass como vencedora do processo competitivo, a conclusão bem sucedida das negociações dela decorrentes e a celebração do respectivo contrato de compra e venda para aquisição de participação de 51% do capital social da Gaspetro, que preverá condições precedentes habituais em transações desta natureza, incluindo aprovações regulatórias e concorrenciais.

1.1 Ataque cibernético

Em 11 de março de 2020, a Companhia e suas subsidiárias e controladas em conjunto sofreram um ataque cibernético de *ransomware* que causou uma interrupção parcial e temporária de suas operações.

Após o incidente, a Companhia fez investimentos significativos em privacidade, proteção e segurança da informação/cibernética, tanto em tecnologias quanto em processos e contratações para as equipes. Como parte das ações, realizamos diligências para combater o acesso e uso indevido dos nossos dados, incluindo investigações e auditorias mais robustas dos nossos sistemas de tecnologia da informação. Como resultado desses esforços, mitigamos incidentes adicionais de uso indevido de dados ou outras atividades indesejáveis por terceiros.

Adicionalmente, realizamos auditoria e avaliação forense no ataque sofrido e não identificamos impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

1.2 Covid-19

Após a Organização Mundial de Saúde declarar a COVID-19 uma pandemia, a Companhia implementou um plano de contingência com o objetivo de preservar a saúde e a integridade de seus colaboradores e parceiros, além de garantir a segurança e a continuidade das operações, consideradas atividades essenciais, por ser um insumo estratégico em hospitais, segurança, alimentação e energia.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos entes federativos, com objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, com destaque para as seguintes, que foram adotadas pelas companhias do Grupo:

- i. *Portaria ME 139/2020, Portaria ME 150/2020 e Portaria ME 245/2020.* As portarias 139 e 150 prorrogaram o recolhimento do PIS e da COFINS, da Contribuição Previdenciária e do FAP/RAT, relativos às competências março e abril para os meses de agosto e outubro de 2020. A Portaria 245 prorrogou o recolhimento desses mesmos tributos, relativos à competência maio, para o mês de novembro.
- ii. *Medida Provisória 927/2020.* A Medida Provisória 927 postergou o recolhimento do FGTS, referente às competências de março, abril e maio, para pagamento a partir de julho, parcelados em até seis vezes, de julho até dezembro de 2020.
- iii. *Medida Provisória 932/2020.* A Medida Provisória 932 reduziu as alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos (sistema S) no período relativo às competências de abril a junho de 2020.
- iv. *Decreto 10.305/2020.* Nos termos do decreto 10.305, com as alterações promovidas pelos decretos 10.414, 10.504, 10.551 e 10.572/2020, a alíquota do IOF para empréstimos e financiamentos foi reduzida a zero para operações contratadas nos períodos de 03 de abril a 26 de novembro de 2020 e 15 a 31 de dezembro de 2020.
- v. *Portaria ME 201/2020.* A portaria 201 postergou os valores mensais dos parcelamentos tributários com vencimento em maio, junho e julho, para agosto, outubro e dezembro, respectivamente.

Adicionalmente, a Comgás firmou compromisso com o Governo do Estado de São Paulo para manter o fornecimento de gás para clientes de determinados segmentos inadimplentes até 31 de julho de 2020.

A Companhia encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 com um caixa de R\$4.614.053, capital circulante líquido com um saldo positivo de R\$5.021.286 e um lucro líquido de R\$908.814.

Visando reforçar preventivamente o nível de liquidez durante esse período de grande volatilidade, foram contratadas e utilizadas, nos meses de março e abril de 2020, linhas de financiamento junto a instituições financeiras no montante agregado de R\$2.034.000 (R\$2.276.000 contratadas pelas *joint ventures*) e prazo médio de um ano, sem quaisquer cláusulas de *covenants* financeiros. Considerando o nível atual de liquidez, as iniciativas adicionais citadas anteriormente, outras linhas de crédito em negociação e as perspectivas para o curto e médio prazo, a Companhia não antevê comprometimento relevante da capacidade operacional e financeira que possam afetar a continuidade da Companhia.

Nossos *covenants* são avaliados mensalmente para nossa necessidade de gerar fluxos de caixa e nossa capacidade de cumprir os *covenants* contidos nos contratos que regem nosso endividamento. Em 31 de dezembro de 2020, a alavancagem (dívida líquida/EBITDA pro forma) foi de 2,6x (2,0x em 31 de dezembro de 2019). Até 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas subsidiárias vêm cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras.

Considerando o baixo patamar de juros no Brasil e nas localidades de nossas controladas, consideramos que a despeito das flutuações de curto prazo de algumas premissas macroeconômicas devido aos impactos da pandemia da COVID-19, nosso custo médio ponderado do capital está relativamente menor em relação ao ano de 2019.

Pelo lado do custo de capital próprio, consideramos que o Beta e Retorno Esperado de Mercado, presentes na metodologia CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), são variáveis estruturais estimadas a partir do histórico de vários anos e, portanto, sofreram apenas alterações específicas e menos relevantes. Para a taxa livre de risco, vemos as curvas de juro americanas ainda mais fechadas, o que pressiona o custo de capital próprio a níveis inferiores. Por outro lado, o Risco Brasil (CDS 10y), que havia disparado no início da pandemia, regrediu a patamares mais próximos dos de 2019. Dessa forma, vemos a pressão sobre as curvas de juro como o principal fator de queda estrutural do custo de capital próprio da Companhia.

Assim, a Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar *impairment* de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças nas circunstâncias que indicariam uma redução ao valor recuperável. Como conclusão, verificou-se que os fluxos de caixa descontados quando comparados ao valor contábil de cada segmento, resultariam num valor recuperável superior ao valor contábil. Nossas projeções de recuperação de tributos, estão fundamentas nos mesmos cenários e premissas acima.

As perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e indicadores macroeconômicos, e é considerada, em 31 de dezembro de 2020, suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas e mensuradas em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira.

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia, líquida de perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros, é o valor do contas a receber. A qualidade do crédito do contas a receber a vencer é considerada adequada, sendo que o valor do risco efetivo de eventuais perdas no contas a receber de clientes encontra-se apresentado como perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros. Além disso, as subsidiárias Comgás e Moove, revisaram as variáveis que compõem a metodologia de mensuração das perdas esperadas, por meio das projeções macroeconômicas de cada segmento, capturando as estimativas de reflexos na inadimplência e recuperação dos créditos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 houve um incremento na provisão para perda de crédito esperada, entretanto, esse aumento foi reduzido ao mesmo patamar anterior à pandemia.

Nossos estoques são compostos, substancialmente, por lubrificantes, óleo básico e materiais para construção de gasodutos que são produtos sem validade ou com longa duração e, portanto, não observamos indicadores de obsolescência ou de não realização.

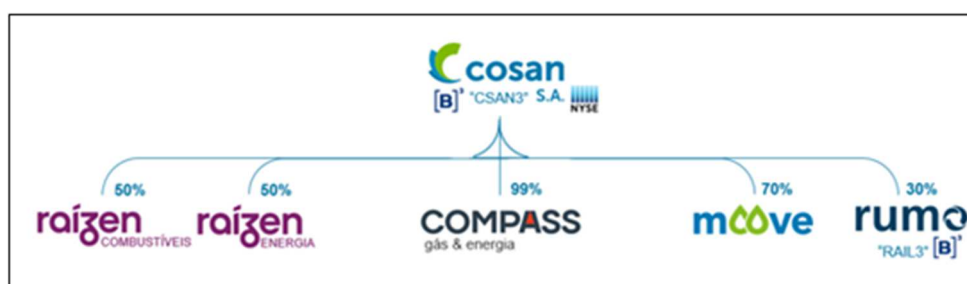
Até o momento, não houve mudanças no escopo dos arrendamentos da Companhia, incluindo adicionar, rescindir, prorrogar reduzir o prazo contratual do arrendamento. Também, não houve nenhuma mudança na contraprestação dos arrendamentos que somos arrendatários e arrendadores.

1.3 Reorganização societária

Em 2 de julho de 2020, os Conselhos de Administração da Cosan S.A., Cosan Limited e Cosan Logística S.A. (“Cosan Logística”), ou coletivamente as “Companhias”, autorizaram a realização de estudos sobre proposta de reorganização societária para simplificação da estrutura do grupo econômico (“Operação Pretendida”).

Como parte de um esforço para agilizar suas operações, a Cosan S.A. pretende realizar uma Reorganização Societária para aprimorar a estrutura corporativa atual, tornando a Cosan S.A. a única holding do Grupo Cosan (“Grupo Cosan” refere-se à entidade econômica atualmente representada pela Cosan Limited, Cosan S.A., Cosan Logística e suas subsidiárias antes da Incorporação, que, após a Incorporação, será representada pela Cosan S.A. e suas subsidiárias, conforme o contexto exigir). A Operação Pretendida tem como objetivo simplificar a estrutura corporativa do Grupo Cosan, unificar e consolidar as ações em circulação no mercado financeiro (“free floats”) das Companhias, aumentar a liquidez de seus valores mobiliários, bem como destravar valor que existe dentro do Grupo Cosan e facilitar futuras captações de recursos.

Como parte da Operação Pretendida, é proposto que a Cosan Limited e Cosan Logística sejam incorporadas à Cosan S.A. Após a conclusão da Operação Pretendida, as ações em circulação da Cosan S.A. serão detidas diretamente por todos os acionistas da Cosan Limited, Cosan S.A. e Cosan Logística, imediatamente antes da conclusão da Operação Pretendida. Como parte das Incorporações, a Cosan S.A. pretende emitir *American Depositary Shares* (“ADSs”) a serem listadas na bolsa de valores de Nova York (*New York Stock Exchange* – NYSE) ou ações da Cosan S.A. listadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) para os acionistas da Cosan Limited, imediatamente antes da aprovação da Incorporação. Quanto à Cosan Logística, assim que a Operação Pretendida for concluída, os detentores de ações da Cosan Logística imediatamente antes da aprovação da Operação Pretendida, se tornarão proprietários de ações da Cosan S.A.



Estrutura operacional simplificada após as incorporações.

Os Protocolos de Incorporação estabelecem que, sujeito aos termos e condições neles descritos, e após a consumação de todas as transações contempladas por eles, Cosan Limited e Cosan Logística serão incorporadas à Cosan S.A. e deixarão de existir e seus direitos e obrigações transferidos para a Cosan S.A., como Companhia sucessora.

Os administradores da Cosan S.A., Cosan Limited e Cosan Logística avaliaram a relação de troca negociada e recomendada pelos comitês e manifestaram da seguinte forma:

- i. A relação de troca foi de 0,772788 ações de emissão da Cosan Limited para cada ação de emissão da Cosan S.A. Assim, em decorrência da Incorporação e tendo em vista a Relação de Troca, deverão ser emitidas 308.554.969 ações de emissão da Cosan S.A. aos antigos acionistas de Cosan Limited; e
- ii. A relação de troca foi de 3,943112 ações de emissão da Cosan Logística para cada ação de emissão da Cosan S.A. Assim, em decorrência da Incorporação e tendo em vista a Relação de Troca, deverão ser emitidas 31.025.350 ações de emissão da Cosan S.A. aos antigos acionistas de Cosan Logística.

Após a aprovação das Incorporações nas respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias (“AGE”) das companhias, os acionistas da Cosan Logística poderão exercer o direito de retirada no prazo de 30 dias após as AGEs.

Os acionistas dissidentes da Companhia poderão optar por receber o valor do reembolso de suas ações com base no valor patrimonial das ações da Companhia calculado com base no Laudo de Avaliação a Preço de Mercado da Cosan Logística, resultando em R\$12,40 por ação.

Em 22 de janeiro de 2021, a proposta de reorganização societária pretendida pelas Companhias, que consiste na incorporação de sociedades sob controle comum Cosan Limited e Cosan Logística, foi aprovada nas respectivas assembleias gerais extraordinárias das Companhias.

2 Declaração de conformidade

Estas informações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração em 11 de fevereiro de 2021.

3 Políticas contábeis

As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo:

3.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas subsidiárias e controladas em conjunto, localizadas no Brasil, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, geram e consomem dinheiro. As principais moedas funcionais das subsidiárias localizadas fora do Brasil são o dólar americano, euro ou a libra esterlina.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

As diferenças de moeda estrangeira são reconhecidas e apresentadas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. No entanto, se a operação no exterior for uma subsidiária não integral, então a proporção relevante da diferença de conversão é alocada para os interesses que não controlam. Quando uma operação no exterior é alienada de tal controle, perda ou influência significativa é perdida, o valor acumulado na reserva de conversão relacionada àquela operação no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na alienação.

As demonstrações financeiras consolidadas de cada subsidiária incluída nestas demonstrações financeiras consolidadas e investimentos de capital próprio são preparadas com base nas respectivas moedas funcionais. Para as subsidiárias cuja moeda funcional é uma moeda diferente do Real, as contas de ativo e passivo são convertidas para a moeda de referência da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data da demonstração da posição financeira e as rubricas de receita e despesa são convertidas utilizando a média mensal das taxas de câmbio e o patrimônio líquido foi convertido utilizando a taxa de câmbio histórica. Os ajustes de conversão resultantes são relatados em um componente separado do patrimônio líquido, como ajuste cumulativo de conversão.

As taxas de câmbio do Real (R\$) para as moedas funcionais de suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são:

Moeda	31/12/2020	31/12/2019
Dólar americano (USD)	R\$ 5,20	R\$ 4,03
Libra esterlina (GBP)	R\$ 7,10	R\$ 5,33
Euro (EUR)	R\$ 6,38	R\$ 4,53

3.2 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira continua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 5.3** – Contas a receber de clientes
- **Nota 5.10** – Mensuração de valor justo reconhecidas
- **Nota 9** - Investimentos em controladas em conjunto
- **Notas 10.1 e 10.2** – Imobilizado, intangível e ágio
- **Nota 11** – Compromissos
- **Nota 14** - Imposto de renda e contribuição social
- **Nota 15** - Provisões para demandas judiciais
- **Nota 23** – Obrigações de benefício pós-emprego
- **Nota 24** – Pagamentos baseados em ações

4 Informações por segmento

As informações por segmento são utilizadas pela alta administração da Companhia (o *Chief Operating Decision Maker*) para avaliar o desempenho dos segmentos operacionais e tomar decisões com relação à alocação de recursos. Essas informações são preparadas de maneira consistente com as políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras. A Companhia avalia o desempenho de seus segmentos operacionais com base no lucro antes dos juros, depreciação e amortização (“*EBITDA - Earnings before interest, taxes, depreciation, and amortization*”).

Segmentos reportados:

- Raízen Energia: Raízen Energia: produção e comercialização de uma variedade de produtos derivados da cana-de-açúcar, incluindo açúcar bruto (Polarização Muito Alta, ou “VHP”), etanol anidro e hidratado e atividades relacionadas à cogeração de energia a partir do bagaço de cana. Além disso, esse segmento possui participação em empresas envolvidas em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias;

- ii. Raízen Combustíveis: distribuição e comercialização de combustíveis, principalmente por meio de uma rede franqueada de estações de serviço sob a marca “Shell” em todo o Brasil, refino de petróleo, operação de revendedores de combustíveis, negócio de lojas de conveniência, fabricação e venda de lubrificantes automotivos e industriais, e a produção e venda de gás liquefeito de petróleo em toda a Argentina;
- iii. Gás e Energia: tem como atividades principais: (i) distribuição de gás natural canalizado em parte do Estado de São Paulo para clientes dos setores industrial, residencial, comercial, automotivo e cogeração; e (ii) comercialização de energia elétrica, compreendendo a compra e a venda de energia elétrica a outros comercializadores, a consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor e a outros agentes permitidos pela legislação.
- iv. Moove: produção e distribuição de lubrificantes licenciados da marca Mobil no Brasil, Bolívia, Uruguai, Paraguai, Argentina, Estados Unidos e mercado europeu, sob a marca Comma, para os mercados e atividades corporativas da Europa e Ásia.

Reconciliação:

- i. Cosan Corporativo: plataforma de carteira digital e outros investimentos, além das atividades corporativas da Companhia. O segmento corporativo Cosan inclui as subsidiárias de financiamento do grupo Cosan.

Embora a Raízen Energia e a Raízen Combustíveis sejam *joint ventures* registradas por equivalência patrimonial e não sejam mais consolidadas proporcionalmente, a Administração continua a revisar as informações por segmento. A reconciliação desses segmentos é apresentada na coluna “Desconsolidação de controladas em conjunto”.

31/12/2020

	Segmentos reportados								Consolidado
	Raizen Combustíveis					Cosan Corporativo	Desconsolidação controladas em conjunto	Eliminações entre segmentos	
	Raizen Energia	Brasil	Argentina	Gás e Energia	Moove				
Resultado do exercício									
Receita operacional bruta	33.198.096	79.748.342	14.886.280	12.024.615	5.588.754	49	(127.832.718)	—	17.613.418
Mercado interno ⁽ⁱ⁾	23.153.941	79.748.342	14.886.280	12.024.615	5.117.770	49	(117.788.563)	—	17.142.434
Mercado externo ⁽ⁱ⁾	10.044.155	—	—	—	470.984	—	(10.044.155)	—	470.984
Receita operacional líquida	31.661.546	76.387.354	10.000.822	9.093.170	4.415.575	42	(118.049.722)	—	13.508.787
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(28.207.626)	(73.450.143)	(9.142.729)	(6.434.190)	(3.380.304)	(1.584)	110.800.498	—	(9.816.078)
Lucro bruto	3.453.920	2.937.211	858.093	2.658.980	1.035.271	(1.542)	(7.249.224)	—	3.692.709
Despesas de vendas	(1.119.878)	(1.413.556)	(731.322)	(454.131)	(471.829)	(1.386)	3.264.756	—	(927.346)
Despesas gerais e administrativas	(647.492)	(437.681)	(178.560)	(577.474)	(229.672)	(199.478)	1.263.733	—	(1.006.624)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	161.236	263.271	129.619	56.176	34.876	(19.278)	(554.126)	—	71.774
Resultado de equivalência patrimonial em associadas	—	(88.323)	—	—	—	1.043.983	88.323	(1.028.270)	15.713
Resultado de equivalência patrimonial de controladas em conjunto	(86.630)	(937)	—	—	—	583.001	87.567	—	583.001
Resultado financeiro	(1.023.562)	(204.275)	(203.430)	(282.773)	(129.342)	(850.447)	1.431.267	—	(1.262.562)
Despesas financeiras	(1.610.586)	(619.403)	(115.782)	(374.252)	(30.910)	(1.274.590)	2.345.771	—	(1.679.752)
Receitas financeiras	391.308	263.493	35.877	72.500	20.086	135.339	(690.678)	—	227.925
Variação cambial	(603.224)	(3.154.960)	(63.278)	(150.227)	(161.636)	(1.300.662)	3.821.462	—	(1.612.525)
Derivativos	798.940	3.306.595	(60.247)	169.206	43.118	1.589.466	(4.045.288)	—	1.801.790
Imposto de renda e contribuição social	(211.932)	(362.349)	37.277	(460.312)	(87.941)	290.402	537.004	—	(257.851)
Resultado do exercício	525.662	693.361	(88.323)	940.466	151.363	845.255	(1.130.700)	(1.028.270)	908.814
Resultado atribuído aos:									
Acionistas controladores	503.120	666.379	(88.323)	923.420	104.570	851.856	(1.081.176)	(1.027.988)	851.858
Acionistas não controladores	22.542	26.982	—	17.046	46.793	(6.601)	(49.524)	(282)	56.956
	525.662	693.361	(88.323)	940.466	151.363	845.255	(1.130.700)	(1.028.270)	908.814
Outras informações selecionadas									
Depreciação e amortização	4.092.682	306.142	660.415	500.714	108.687	13.683	(5.059.239)	—	623.084
EBITDA	5.853.838	1.566.127	738.245	2.184.265	477.333	1.418.983	(8.158.210)	(1.028.270)	3.052.311
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato	2.669.052	229.473	260.890	1.006.881	29.658	15.963	(3.159.415)	—	1.052.502
Reconciliação EBITDA									
Lucro líquido do exercício	525.662	693.361	(88.323)	940.466	151.363	845.255	(1.130.700)	(1.028.270)	908.814
Impostos de renda e contribuição social	211.932	362.349	(37.277)	460.312	87.941	(290.402)	(537.004)	—	257.851
Resultado financeiro	1.023.562	204.275	203.430	282.773	129.342	850.447	(1.431.267)	—	1.262.562
Depreciação e amortização	4.092.682	306.142	660.415	500.714	108.687	13.683	(5.059.239)	—	623.084
EBITDA	5.853.838	1.566.127	738.245	2.184.265	477.333	1.418.983	(8.158.210)	(1.028.270)	3.052.311

(i) Mercados domésticos: vendas nos países em que cada entidade está localizada; mercados externos: vendas e exportação.

31/12/2019

	Segmentos reportados								Consolidado
	Raízen Combustíveis					Cosan Corporativo	Desconsolidação controladas em conjunto	Eliminações entre segmentos	
	Raízen Energia	Brasil	Argentina	Gás e Energia	Moove				
Resultado do exercício									
Receita operacional bruta	30.458.300	92.116.093	17.655.659	12.007.634	5.072.163	7	(140.230.052)	(76)	17.079.728
Mercado interno ⁽ⁱ⁾	24.180.375	90.619.697	17.655.659	12.007.634	4.948.678	7	(132.455.731)	(76)	16.956.243
Mercado externo ⁽ⁱ⁾	6.277.925	1.496.396	—	—	123.485	—	(7.774.321)	—	123.485
Receita operacional líquida	28.835.309	87.946.233	12.567.921	9.514.222	4.046.296	3	(129.349.463)	(76)	13.560.445
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(26.951.969)	(84.137.215)	(11.340.151)	(6.402.338)	(3.185.744)	—	122.429.335	76	(9.588.006)
Lucro bruto	1.883.340	3.809.018	1.227.770	3.111.884	860.552	3	(6.920.128)	—	3.972.439
Despesas de vendas	(866.330)	(1.489.100)	(713.874)	(614.492)	(492.482)	(8.839)	3.069.304	—	(1.115.813)
Despesas gerais e administrativas	(621.843)	(486.149)	(124.674)	(404.441)	(173.212)	(218.669)	1.232.666	—	(796.322)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	136.695	1.810.364	73.942	(31.534)	31.804	428.520	(2.021.001)	—	428.790
Resultado de equivalência patrimonial em associadas	—	115.168	—	—	440	1.285.364	(115.168)	(1.306.448)	(20.644)
Resultado de equivalência patrimonial de controladas em conjunto	(12.179)	4.973	—	—	—	1.131.406	7.206	—	1.131.406
Resultado financeiro	(759.350)	(216.381)	(320.506)	(180.381)	(96.794)	(121.605)	1.296.237	—	(398.780)
Despesas financeiras	(1.449.680)	(649.509)	(81.237)	(495.958)	(38.514)	(766.971)	2.180.426	—	(1.301.443)
Receitas financeiras	471.581	268.801	26.954	315.634	22.385	404.629	(767.336)	—	742.648
Variação cambial	(36.107)	(259.014)	(276.256)	(27.518)	(92.989)	(190.985)	571.377	—	(311.492)
Derivativos	254.856	423.341	10.033	27.461	12.324	431.722	(688.230)	—	471.507
Imposto de renda e contribuição social	117.371	(1.013.037)	(27.490)	(588.389)	(55.206)	(85.227)	923.156	—	(728.822)
Resultado do exercício	(122.296)	2.534.856	115.168	1.292.647	75.102	2.410.953	(2.527.728)	(1.306.448)	2.472.254
Resultado líquido do exercício com operações descontinuadas	—	—	—	—	—	11.021	—	—	11.021
Resultado atribuído aos:									
Acionistas controladores	(183.784)	2.467.692	115.168	1.255.369	51.078	2.425.406	(2.399.076)	(1.306.448)	2.425.405
Acionistas não controladores	61.488	67.164	—	37.278	24.024	(3.432)	(128.652)	—	57.870
	(122.296)	2.534.856	115.168	1.292.647	75.102	2.421.974	(2.527.728)	(1.306.448)	2.483.275
Outras informações selecionadas									
Depreciação e amortização	2.833.200	284.952	507.702	459.584	97.827	12.890	(3.625.854)	—	570.301
EBITDA	3.352.883	4.049.226	970.866	2.521.001	324.929	2.630.675	(8.372.975)	(1.306.448)	4.170.157
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato	2.902.907	339.987	343.367	775.769	32.854	11.125	(3.586.261)	—	819.748
Reconciliação EBITDA									
Lucro líquido do exercício	(122.296)	2.534.856	115.168	1.292.647	75.102	2.410.953	(2.527.728)	(1.306.448)	2.472.254
Impostos de renda e contribuição social	(117.371)	1.013.037	27.490	588.389	55.206	85.227	(923.156)	—	728.822
Resultado financeiro	759.350	216.381	320.506	180.381	96.794	121.605	(1.296.237)	—	398.780
Depreciação e amortização	2.833.200	284.952	507.702	459.584	97.827	12.890	(3.625.854)	—	570.301
EBITDA	3.352.883	4.049.226	970.866	2.521.001	324.929	2.630.675	(8.372.975)	(1.306.448)	4.170.157

31/12/2020

Itens do balanço patrimonial:	Segmentos reportados					Reconciliação			Consolidado
	Raízen Combustíveis					Desconsolidação controladas em conjunto	Eliminações entre segmentos		
	Raízen Energia	Brasil	Argentina	Gás e Energia	Moove				
						Cosan Corporativo			
Caixa e equivalentes de caixa	2.293.506	752.369	396.039	1.899.533	936.345	1.778.175	(3.441.914)	—	4.614.053
Títulos e valores mobiliários	—	—	—	1.188.625	168.066	914.879	—	—	2.271.570
Contas a receber de clientes	1.835.656	2.070.824	358.816	1.121.612	483.227	—	(4.265.296)	—	1.604.839
Instrumentos financeiros derivativos - ativos	4.904.580	2.835.980	—	517.181	28.463	2.581.774	(7.740.560)	—	3.127.418
Estoques	3.975.086	3.068.435	1.274.045	121.064	564.836	—	(8.317.566)	—	685.900
Ativos financeiro setorial	—	—	—	241.749	—	—	—	—	241.749
Outros ativos financeiros	160.600	—	—	—	69.126	779.695	(160.600)	—	848.821
Outros ativos circulantes	4.862.274	3.526.980	769.740	276.139	146.166	1.211.108	(9.158.994)	(601.024)	1.032.389
Outros ativos não circulantes	5.374.084	2.247.516	61.018	169.905	398.796	1.566.400	(7.682.618)	(365.383)	1.769.718
Investimentos em associadas	—	3.299.738	356	—	—	4.989.472	(3.300.094)	(4.655.767)	333.705
Investimentos em controladas em conjunto	536.540	769.252	—	—	—	7.988.208	(1.305.792)	—	7.988.208
Ativos biológicos	1.073.582	—	—	—	—	—	(1.073.582)	—	—
Ativo de contrato	—	2.241.618	95.840	686.690	9.248	—	(2.337.458)	—	695.938
Direito de uso	4.698.238	86.737	425.391	19.865	39.550	24.809	(5.210.366)	—	84.224
Imobilizado	11.667.442	2.544.094	3.953.982	15.326	327.535	74.135	(18.165.518)	—	416.996
Intangíveis	3.599.864	2.479.947	9.221	8.769.986	1.268.095	7.215	(6.089.032)	—	10.045.296
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(17.516.886)	(6.258.929)	(781.703)	(7.043.909)	(802.938)	(7.580.380)	24.557.518	—	(15.427.227)
Instrumentos financeiros derivativos - passivos	(4.502.866)	(246.237)	(15.155)	(286.018)	(348)	(131.461)	4.764.258	—	(417.827)
Fornecedores	(3.244.436)	(5.203.174)	(863.672)	(1.182.111)	(688.139)	(4.942)	9.311.282	—	(1.875.192)
Ordenados e salários a pagar	(383.114)	(85.993)	(65.269)	(74.543)	(96.192)	(25.146)	534.376	—	(195.881)
Passivo financeiro setorial	—	—	—	(565.911)	—	—	—	—	(565.911)
Outras contas a pagar circulantes	(3.014.286)	(2.729.837)	(1.186.505)	(662.779)	(290.827)	(673.340)	6.930.628	40.998	(1.585.948)
Obrigações com acionistas preferencialistas em subsidiárias	—	—	—	—	—	(387.044)	—	—	(387.044)
Arrendamento mercantil	(4.246.196)	(101.500)	(387.074)	(10.320)	(41.299)	(28.144)	4.734.770	—	(79.763)
Outras contas a pagar não circulantes	(2.015.788)	(4.942.688)	(744.976)	(1.856.161)	(554.141)	(2.235.324)	7.703.452	925.409	(3.720.217)
Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento	10.057.880	6.355.132	3.300.094	3.345.923	1.965.569	10.850.089	(19.713.106)	(4.655.767)	11.505.814
Ativo total	44.981.452	25.923.490	7.344.448	15.027.675	4.439.453	21.915.870	(78.249.390)	(5.622.174)	35.760.824
Patrimônio líquido atribuível aos:									
Acionistas controladores	9.967.891	6.075.393	3.300.094	3.288.315	1.367.157	10.847.666	(19.343.378)	(4.655.473)	10.847.665
Acionistas não controladores	89.989	279.739	—	57.608	598.412	2.423	(369.728)	(294)	658.149
Total do patrimônio líquido	10.057.880	6.355.132	3.300.094	3.345.923	1.965.569	10.850.089	(19.713.106)	(4.655.767)	11.505.814

31/12/2019

	Segmentos reportados					Reconciliação			
	Raízen Combustíveis					Desconsolidação		Eliminações entre segmentos	Consolidado
	Raízen Energia	Brasil	Argentina	Gás e Energia	Moove	Cosan Corporativo	controladas em conjunto		
Itens do balanço patrimonial:									
Caixa e equivalentes de caixa	2.715.055	1.036.151	266.309	1.083.410	610.605	4.382.629	(4.017.515)	—	6.076.644
Títulos e valores mobiliários	—	—	—	200.233	43.856	1.118.959	—	—	1.363.048
Contas a receber de clientes	1.135.079	2.455.365	442.204	987.397	427.714	—	(4.032.648)	—	1.415.111
Instrumentos financeiros derivativos - ativos	2.139.240	911.874	5.163	374.730	17.005	1.508.644	(3.056.277)	—	1.900.379
Estoques	4.592.428	3.007.893	1.099.632	89.586	449.211	—	(8.699.953)	—	538.797
Outros ativos financeiros	602.542	—	—	—	134.636	708.784	(602.542)	—	843.420
Outros ativos circulantes	7.125.332	3.506.579	872.413	315.744	165.070	917.783	(11.504.324)	(358.944)	1.039.653
Outros ativos não circulantes	4.196.166	2.014.958	24.095	90.662	150.683	1.562.651	(6.235.219)	(488.227)	1.315.769
Investimentos em associadas	—	2.612.576	276	—	365	4.292.701	(2.612.852)	(3.967.371)	325.695
Investimentos em controladas em conjunto	577.008	727.936	—	—	—	7.548.960	(1.304.944)	—	7.548.960
Ativos biológicos	734.495	—	—	—	—	—	(734.495)	—	—
Ativos de contrato	—	2.736.589	48.985	594.602	5.939	—	(2.785.574)	—	600.541
Direito de uso	4.017.503	97.375	476.251	10.128	22.592	18.685	(4.591.129)	—	51.405
Imobilizado	11.342.326	2.595.878	3.304.040	—	310.007	70.030	(17.242.244)	—	380.037
Intangível	3.666.186	2.548.927	9.637	8.291.608	1.161.426	12.647	(6.224.750)	—	9.465.681
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(15.653.705)	(5.745.735)	(912.807)	(5.244.942)	(670.263)	(7.441.845)	22.312.247	—	(13.357.050)
Instrumentos financeiros derivativos - passivos	(1.422.923)	(325.018)	—	—	(1.801)	(47.984)	1.747.941	—	(49.785)
Fornecedores	(5.101.474)	(2.568.885)	(943.789)	(1.154.206)	(515.759)	(6.760)	8.614.148	—	(1.676.725)
Ordenados e salários a pagar	(360.414)	(77.692)	(48.752)	(59.928)	(70.068)	(34.119)	486.858	—	(164.115)
Outras contas a pagar circulantes	(4.317.609)	(5.859.807)	(856.185)	(683.555)	(217.705)	(1.116.752)	11.033.601	73.558	(1.944.454)
Obrigações com acionistas preferencialistas em subsidiárias	—	—	—	—	—	(611.537)	—	—	(611.537)
Arrendamento mercantil	(3.504.501)	(103.807)	(439.860)	(10.843)	(27.431)	(19.629)	4.048.168	—	(57.903)
Outras contas a pagar não circulantes	(2.046.961)	(4.492.725)	(734.761)	(1.998.107)	(408.386)	(2.307.755)	7.274.447	771.893	(3.942.355)
Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento	10.435.773	5.078.432	2.612.851	2.886.519	1.587.696	10.556.092	(18.127.056)	(3.969.091)	11.061.216
Ativo total	42.843.360	24.252.101	6.549.005	12.038.100	3.499.109	22.142.473	(73.644.466)	(4.814.542)	32.865.140
Patrimônio líquido atribuível aos:									
Acionistas controladores	10.358.052	4.808.076	2.612.851	2.861.954	1.107.136	10.553.735	(17.778.979)	(3.969.091)	10.553.734
Acionistas não controladores	77.721	270.356	—	24.565	480.560	2.357	(348.077)	—	507.482
Total do patrimônio líquido	10.435.773	5.078.432	2.612.851	2.886.519	1.587.696	10.556.092	(18.127.056)	(3.969.091)	11.061.216

4.1 Receita operacional líquida por segmento

Segmentos reportados	31/12/2020	31/12/2019
Raízen Energia		
Etanol	12.372.878	10.811.944
Açúcar	10.241.141	3.925.499
Gasolina	1.655.484	2.967.137
Diesel	4.626.749	6.469.695
Cogeração	2.282.158	3.934.639
Outros	483.136	726.395
	31.661.546	28.835.309
Raízen Combustíveis		
Combustível	85.342.742	99.000.662
Outros	1.045.434	1.513.492
	86.388.176	100.514.154
Gás e Energia		
Distribuição de gás natural		
Industrial	5.030.738	6.045.600
Residencial	1.381.597	1.295.107
Cogeração	389.732	437.327
Automotivo	220.130	350.637
Comercial	350.760	507.550
Receita de construção	885.630	813.341
Outros	59.104	64.660
	8.317.691	9.514.222
Comercialização de energia	775.479	—
Moove		
Produto acabado	3.891.551	3.786.636
Óleo básico	392.153	194.353
Serviços	131.871	65.307
	4.415.575	4.046.296
Reconciliação		
Cosan Corporativo	42	3
Desconsolidação controladas em conjunto, ajustes e eliminações	(118.049.722)	(129.349.539)
Total	13.508.787	13.560.445

4.2 Informações sobre área geográfica

	Receita líquida		Outros ativos não circulantes	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Brasil	11.170.964	11.471.144	5.321.148	3.661.842
Europa ⁽ⁱ⁾	1.867.284	1.719.262	24.684	71.689
América Latina ⁽ⁱⁱ⁾	360.798	184.981	—	—
América do Norte	62.760	157.665	11.401	23.140
Ásia e outros	46.981	27.393	—	—
Total	13.508.787	13.560.445	5.357.233	3.756.671

Principais países:

i. Inglaterra, França, Espanha e Portugal; e

ii. Argentina, Bolívia, Uruguai e Paraguai.

5 Ativos e passivos financeiros

Política contábil:

Mensuração dos ativos e passivos financeiros

A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação, exceto aqueles mensurados ao custo amortizado mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de somente principal e juros.

Os instrumentos financeiros de dívida são mensurados subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A classificação é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia passou a reconhecer seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de “Principal e Juros”. Esta categoria inclui as contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, recebíveis de partes relacionadas, outros ativos financeiros e dividendos e juros sobre capital próprio a receber.

Nenhuma remensuração dos ativos financeiros foi realizada.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e nem quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	1.148.860	2.088.707	2.154.257	3.277.789
Títulos e valores mobiliários	5.2	788.965	910.064	2.271.570	1.363.048
Outros ativos financeiros	5.4	779.695	708.783	848.821	843.420
Instrumentos financeiros derivativos	5.9	2.457.604	1.359.821	3.127.418	1.900.379
		5.175.124	5.067.375	8.402.066	7.384.636
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	407	1.402.000	2.459.796	2.798.855
Contas a receber de clientes	5.3	—	—	1.604.839	1.415.111
Recebíveis de partes relacionadas	5.5	760.342	777.992	271.766	171.910
Ativos financeiros setoriais	12	—	—	241.749	—
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber		160.694	22.684	77.561	22.684
		921.443	2.202.676	4.655.711	4.408.560
Total ativo		6.096.567	7.270.051	13.057.777	11.793.196
	Nota	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivos					
Custo amortizado					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.6	—	(1.727.460)	(8.590.199)	(7.997.752)
Arrendamentos		(28.145)	(19.630)	(79.763)	(57.903)
Fornecedores	5.7	(4.066)	(5.175)	(1.875.192)	(1.676.725)
Outros passivos financeiros		—	—	(149.293)	(132.927)
Pagáveis a partes relacionadas	5.5	(7.374.879)	(5.980.138)	(150.484)	(260.236)
Obrigações com acionistas preferencialistas	5.8	(387.044)	(611.537)	(387.044)	(611.537)
Dividendos a pagar		(216.929)	(588.752)	(285.177)	(590.204)
Passivos financeiros setoriais	12	—	—	(565.911)	—
Parcelamento de débitos tributários	13	(193.353)	(195.600)	(199.586)	(202.418)
		(8.204.416)	(9.128.292)	(12.282.649)	(11.529.702)
Valor justo por meio do resultado					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.6	—	—	(6.837.028)	(5.359.298)
Contraprestação a pagar		—	—	(224.787)	(184.370)
Instrumentos financeiros derivativos	5.9	(131.462)	(47.985)	(417.827)	(49.785)
		(131.462)	(47.985)	(7.479.642)	(5.593.453)
Total passivo		(8.335.878)	(9.176.277)	(19.762.291)	(17.123.155)

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Bancos conta movimento	255	121	75.160	118.738
Conta remunerada	—	—	986.379	885.740
Aplicações financeiras	1.149.012	3.490.586	3.552.514	5.072.166
	1.149.267	3.490.707	4.614.053	6.076.644

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações em fundos de investimento				
Operações compromissadas	856.078	1.714.348	1.671.802	2.799.459
Certificado de depósitos bancários - CDB	292.782	374.359	474.910	478.330
Outras	—	—	7.545	—
	1.148.860	2.088.707	2.154.257	3.277.789
Aplicações em bancos				
Operações compromissadas	—	1.400.735	1.293.833	1.400.735
Certificado de depósitos bancários - CDB	—	—	104.272	392.498
Outras	152	1.144	152	1.144
	152	1.401.879	1.398.257	1.794.377
	1.149.012	3.490.586	3.552.514	5.072.166

As aplicações financeiras *onshore* da Companhia são remuneradas a taxas em torno de 97% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário), ou “CDI”, em 31 de dezembro de 2020 (100% do CDI em 2019) e as aplicações financeiras *offshore* são remuneradas em taxas em torno de 100% dos fundos do Fed. A análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros está na nota 22.

5.2 Títulos e valores mobiliários

Política Contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado. Os títulos incluem todos os títulos patrimoniais com um valor justo prontamente determinável. Os valores justos dos títulos patrimoniais são considerados prontamente determináveis se os títulos estiverem listados ou se um valor atual de mercado ou valor justo estiver disponível mesmo sem uma listagem direta (por exemplo, preços de ações em fundos de investimento).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e valores mobiliários				
Títulos públicos ⁽ⁱ⁾	788.965	910.064	2.271.570	1.363.048
	788.965	910.064	2.271.570	1.363.048

- (i) Os títulos de dívida soberana declararam juros ligados ao *Sistema Especial de Liquidação e Custódia*, ou “SELIC”, com a rentabilidade de aproximadamente 100% do CDI.

5.3 Contas a receber de clientes

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. Uma provisão para perdas de crédito esperadas é reconhecida como despesas de vendas.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas neste período. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis. A Companhia identificou a taxa de juros implícita no contrato como sendo o fator mais relevante e, consequentemente, ajusta as taxas de perdas históricas com base nas mudanças esperadas nesse fator.

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Mercado interno - moeda local	1.717.683	1.518.633
Mercado externo - moeda estrangeira	17.502	11.399
	1.735.185	1.530.032
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa ⁽ⁱ⁾	(130.346)	(114.921)
	1.604.839	1.415.111
Circulante	1.585.708	1.400.498
Não circulante	19.131	14.613
	1.604.839	1.415.111

O Aging das contas a receber é o seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	1.531.532	1.278.841
Vencidas		
Até 30 dias	55.303	96.176
De 31 a 60 dias	13.893	24.664
De 61 a 90 dias	5.250	13.381
Mais de 90 dias	129.207	116.970
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa ⁽ⁱ⁾	(130.346)	(114.921)
	1.604.839	1.415.111

	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(107.746)
Adições / reversões	(23.960)
Baixas	16.785
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(114.921)
Adições / reversões	(31.910)
Baixas	16.485
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(130.346)

- (i) A subsidiária Comgás adequou seu modelo de cálculo de perdas esperadas para capturar as estimativas de reflexos na inadimplência e recuperação dos créditos para os próximos meses, o que refletiu num aumento total de aproximadamente R\$14.000 de perdas esperadas, no acumulado do ano 2020.

5.4 Outros ativos financeiros

Política contábil:

Os investimentos em ações são mensurados ao valor justo por meio do resultado e são instrumentos de patrimônio cujo objetivo é manter para negociação.

O saldo de outros ativos financeiros é composto de seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ações Rumo S.A. ⁽ⁱ⁾	770.862	697.712	770.862	697.712
Ações Cosan Logística S.A. ⁽ⁱ⁾	8.833	11.071	8.833	11.071
Outros ativos financeiros ⁽ⁱⁱ⁾	—	—	69.126	134.637
	779.695	708.783	848.821	843.420
Circulante	779.695	708.783	848.821	773.629
Não circulante	—	—	—	69.791
	779.695	708.783	848.821	843.420

- i. A Companhia possui 40.065.607 ações, representando 2,16% do total de ações da Rumo S.A. (das quais 13.333.333 ações foram adquiridas mediante a emissão de oferta pública primária, representando R\$ 290.000, liquidado em caixa, em 27 de agosto de 2020, conforme fato relevante divulgado) e 477.196 ações, representando 0,10% do total de ações da Cosan Logística, ao valor de mercado, onde utiliza a metodologia de mensuração ao valor justo e não o método de equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2020, a cotação das ações das partes relacionadas Rumo S.A. e da Cosan Logística eram R\$ 19,24 e R\$ 18,51 (em 31 de dezembro de 2019, R\$ 26,10 e R\$ 23,20), respectivamente.
- ii. Em 31 de março de 2020, a Cosan Lubes Investments Limited (“CLI”) recebeu R\$65.478 devido à satisfação das condições precedentes em 31 de dezembro de 2019, como previsto no contrato de investimento entre a Companhia e CVC Fund VII (“CVC”).

5.5 Partes relacionadas

Política contábil:

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado e realizadas conforme contratos estabelecidos. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Contas a receber e a pagar com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante				
Operações comerciais				
Raízen Energia S.A. ⁽ⁱ⁾	44.415	42.953	50.626	44.119
Rumo S.A.	6.399	3.727	10.498	7.763
Aguassanta Participações S.A.	837	444	837	444
Cosan Limited	4.811	4.518	4.811	4.518
Cosan Lubrificantes e Especialidades ⁽ⁱⁱ⁾	219.613	294.783	—	—
Compass Gás e Energia	3.732	—	—	—
Payly Soluções e Pagamentos S.A.	2.390	4.462	—	—
Raízen Combustíveis S.A. ⁽ⁱ⁾	644	784	1.448	2.638
Outros	4.152	2.614	3.563	183
	286.993	354.285	71.783	59.665
Operações financeiras				
Cosan Limited	—	—	—	33.925
	—	—	—	33.925
Total do ativo circulante	286.993	354.285	71.783	93.590
Ações preferenciais				
Raízen Energia S.A. ⁽ⁱ⁾	155.175	78.304	155.175	78.304
	155.175	78.304	155.175	78.304
Operações financeiras e societárias				
Cosan Limited	—	—	44.808	—
Cosan Lubrificantes e Especialidades ⁽ⁱⁱⁱ⁾	318.174	345.403	—	—
Outros	—	—	—	16
	318.174	345.403	44.808	16
Total do ativo não circulante	473.349	423.707	199.983	78.320
Recebíveis de partes relacionadas	760.342	777.992	271.766	171.910

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante				
Operações comerciais				
Raízen Energia S.A. ⁽ⁱ⁾	121.244	237.361	133.506	246.965
Raízen Combustíveis S.A. ⁽ⁱ⁾	11.386	12.385	11.387	12.386
Rumo S.A.	571	571	704	704
Cosan Lubrificantes e Especialidades ⁽ⁱⁱ⁾	8.059	57.875	—	—
Outros	258	176	53	181
	141.518	308.368	145.650	260.236
Operações financeiras e societárias				
Cosan Overseas Limited ⁽ⁱⁱⁱ⁾	33.579	26.045	—	—
Cosan Luxembourg S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	103.643	96.118	—	—
Raízen Energia S.A.	—	—	4.834	—
	137.222	122.163	4.834	—
Total do passivo circulante	278.740	430.531	150.484	260.236
Passivo não circulante				
Operações financeiras e societárias				
Cosan Lubrificantes e Especialidades ⁽ⁱⁱ⁾	875.690	724.860	—	—
Cosan Luxembourg S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	3.603.911	2.795.290	—	—
Cosan Overseas Limited ⁽ⁱⁱⁱ⁾	2.616.538	2.029.457	—	—
Total do passivo não circulante	7.096.139	5.549.607	—	—
Pagáveis a partes relacionadas	7.374.879	5.980.138	150.484	260.236

(i) Os ativos circulantes e não circulantes a receber da Raízen Energia e Raízen Combustíveis são, principalmente, créditos tributários que serão reembolsados à Companhia quando realizados. As ações preferenciais são usadas para a Raízen reembolsar a Cosan, com dividendos preferenciais, quando a perda operacional líquida é consumida na Raízen.

O passivo circulante representa reembolso à Raízen Energia e à Raízen Combustíveis relacionadas a despesas relacionadas a disputas judiciais e outras responsabilidades, geradas antes da formação de joint ventures, que são de responsabilidade da Cosan S.A.

(ii) Em 31 de dezembro de 2018, foi celebrado um contrato de assunção de direitos e obrigações entre a Companhia e a subsidiária CLE e transferidos ativos e passivos referentes ao negócio de combustíveis, da aquisição da Esso Brasileira de Petróleo Ltda. ("Esso") em 2008, que não foram contribuídos na formação da Raízen, fato que gerou incremento nas contas ativas e passivas de partes relacionadas da Companhia naquele exercício e que vem sendo movimentado na medida em que as transações são liquidadas. Essa transferência de ativos e passivos não geram impactos na posição consolidada da Companhia, tampouco nas informações por segmento.

(iii) Estas operações servem como um veículo para a transferência de recursos da Companhia para as subsidiárias, estas que são as titulares dos bonds e que são responsáveis por honrar suas obrigações. Os acréscimos observados nestes saldos passivos referem-se à variação cambial, que incidiu sobre as operações de PPE (Pré-Pagamento de Exportação) que temos hoje entre a Companhia e as subsidiárias Cosan Luxemburgo S.A e Cosan Overseas Limited.

b) Transações com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional				
Rumo S.A.	—	—	37.887	35.201
Raízen Energia S.A.	—	—	27.779	23.382
Raízen Combustíveis S.A.	—	—	35.410	41.423
	—	—	101.076	100.006
Compra de produtos / insumos / serviços				
Raízen Energia S.A.	—	—	(5.296)	(7.010)
Rumo S.A.	—	—	—	(33)
Raízen Combustíveis S.A.	(10)	(52)	(2.052)	(52)
	(10)	(52)	(7.348)	(7.095)
Receitas (despesas) compartilhadas				
Rumo S.A.	4.870	5.869	4.870	5.869
Cosan Lubrificantes e Especialidades	3.823	3.149	—	—
Raízen Energia S.A.	(2.760)	(2.830)	(48.890)	(37.666)
	5.933	6.188	(44.020)	(31.797)
Resultado financeiro				
Cosan Limited	286	577	1.368	1.741
Cosan Luxembourg S.A.	(957.279)	(247.928)	—	—
Cosan Overseas Limited	(809.305)	(239.748)	—	—
Raízen Combustíveis S.A.	6.341	5.729	6.341	5.729
Outros	—	96	—	(41)
	(1.759.957)	(481.274)	7.709	7.429
Total	(1.754.034)	(475.138)	57.417	68.543

c) Remuneração dos administradores e diretores:

A Companhia possui uma política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração que inclui salários, contribuições para um plano de benefícios definidos pós-emprego e pagamento baseado em ações.

	31/12/2020	31/12/2019
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	26.643	10.126
Transações com pagamentos baseados em ações	6.105	8.669
	32.748	18.795

5.6 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Política contábil:

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são inicialmente mensurados pelos seus valores justos e, se não designados como ao valor justo por meio do resultado, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:

- i. o montante da obrigação nos termos do contrato; e
- ii. o valor inicialmente reconhecido menos, quando apropriado, a amortização acumulada reconhecida de acordo com as políticas de reconhecimento de receita.

Descrição	Encargos financeiros		Controladora			
	Indexador	Taxa anual de juros	31/12/2020	31/12/2019	Vencimento ⁽ⁱ⁾	Objetivo
Sem garantia						
Debêntures não conversíveis	106% CDI	3,87%	—	1.727.460	fev/2021	Capital de giro
Total			—	1.727.460		
Circulante			—	1.161.406		
Não circulante			—	566.054		

Descrição	Encargos financeiros		Consolidado			
	Indexador	Taxa anual de juros	31/12/2020	31/12/2019	Vencimento	Objetivo
Com garantia						
BNDDES ⁽ⁱⁱ⁾	TJLP	5,09%	—	1.667	jun/2023	Investimentos
	TJ462	7,89%	—	144.573	out/2020	Investimentos
	TJLP	7,09%	—	83.174	jun/2023	Investimentos
	Selic	5,52%	—	73.540	out/2020	Investimentos
	Selic	5,68%	—	52.031	jun/2023	Investimentos
	IPCA - 3.25%	7,75%	807.438	—	abr/2029	Investimentos
	IPCA - 4.10%	8,64%	175.374	—	abr/2029	Investimentos
EIB	USD	3,88%	—	31.770	jun/2020	Investimentos
	USD + 2,94%	2,94%	—	29.081	set/2020	Investimentos
	USD + Libor 6M + 0,54%	0,80%	30.817	71.129	mai/2021	Investimentos
	USD + Libor 6M + 0,61%	0,89%	57.813	89.336	set/2021	Investimentos
			1.071.442	576.301		
Sem garantia						
Empréstimos no exterior	GBP+Libor 06 + 1,50% Base 365	1,68%	143.039	123.561	jul/2021	Capital de giro
	GBP - Pré-fixado	1,40%	35.556	26.692	nov/2022	Capital de giro
	GBP+Libor-06 + 1,10% Base 360	1,21%	142.091	106.643	dez/2021	Aquisição
	GBP+Libor-06 + 1,50% Base 360	1,53%	248.666	186.604	dez/2022	Aquisição
	EUR - Pré-fixado	1,16%	2.095	3.563	set/2022	Investimentos
Loan 4131	USD + Libor	2,90%	—	81.107	fev/2020	Capital de giro
	USD	4,79%	—	20.688	out/2020	Capital de giro
	USD + 3,67%	3,67%	415.232	313.493	mai/2023	Investimentos
	USD + 1,59%	1,35%	388.912	—	abr/2021	Investimentos
Bônus perpétuos	USD	8,25%	2.631.100	2.040.752	nov/2040	Aquisição
Senior Notes Due 2023	USD	5,00%	569.466	438.985	mar/2023	Aquisição
Senior Notes Due 2027	USD	7,00%	4.379.812	3.234.648	jan/2027	Aquisição
Pré-pagamento	100% Libor-03 - 3.50% base 360	3,75%	27.129	—	mar/2021	Capital de giro
	100% Libor-03 - 1% base 360	1,21%	104.318	80.931	nov/2021	Capital de giro
	100% Libor-12 - 0,76% base 360	2,72%	—	40.474	out/2020	Capital de giro
Debêntures	106% CDI	2,94%	—	1.727.460	fev/2021	Capital de giro
3ª emissão - 3ª série	IPCA + 5,57%	2,94%	—	108.133	set/2020	Investimentos
4ª emissão - 1ª série	IPCA + 7,14%	8,89%	—	318.412	dez/2020	Investimentos
4ª emissão - 2ª série	IPCA + 7,48%	12,17%	299.524	286.271	dez/2022	Investimentos
4ª emissão - 3ª série	IPCA + 7,36%	12,04%	97.956	94.367	dez/2025	Investimentos
5ª emissão - série única	IPCA + 5,87%	10,49%	890.658	859.996	dez/2023	Investimentos
6ª emissão - série única	IPCA + 4,33%	8,88%	452.457	431.817	out/2024	Investimentos
7ª emissão - série única	IGPM + 6,10%	31,46%	298.706	240.900	mai/2028	Investimentos
8ª emissão - série única	100% CDI +0,50%	2,41%	2.007.849	2.015.252	out/2022	Investimentos
Capital de Giro	100% CDI - 2.75%	4,70%	100.045	—	jun/2022	Capital de Giro
Nota Promissória	100% CDI - 3.00%	4,96%	601.058	—	abr/2021	Investimentos
	100% CDI - 3.40%	5,36%	520.116	—	abr/2021	Investimentos
			14.355.785	12.780.749		
Total			15.427.227	13.357.050		
Circulante			2.352.057	2.373.199		
Não circulante			13.075.170	10.983.851		

- (i) Em 28 de fevereiro de 2019, a Companhia emitiu debêntures simples (2ª emissão), não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$ 32,2275, perfazendo o montante total de R\$ 1.700.000. Em 16 de janeiro de 2020, houve o pagamento integral antecipado destas debêntures no montante de R\$ 1.735.203 entre principal e juros. Este valor considera o saldo desta dívida em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 1.727.460) e o *accrual* de juros até a data de resgate antecipado.
- (ii) Em 16 de junho de 2020, alguns empréstimos da subsidiária Comgás foram repactuados e consolidados em uma única linha de crédito e contrato junto ao BNDES, uma vez que tal transação propiciou a controlada simplificar a estrutura contratual, extensão do prazo de amortização, bem como reduzir o custo da dívida (~R\$ 150 milhões na amortização prevista para 2020), bem como extinção da fiança bancária. A repactuação gerou um ganho financeiro, sem efeito em caixa, de R\$ 20 milhões, registrados integralmente no resultado financeiro do exercício.

A Companhia utilizou para o cálculo das taxas médias, em bases anuais, a taxa anual do certificado de depósito interbancário (“CDI”) de 1,90% e a taxa de juros de longo prazo (“TJLP”) de 4,55%.

Os montantes não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
13 a 24 meses	—	566.054	2.605.687	1.058.400
25 a 36 meses	—	—	2.039.863	2.526.040
37 a 48 meses	—	—	623.971	1.504.498
49 a 60 meses	—	—	171.794	463.553
61 a 72 meses	—	—	238.050	29.510
73 a 84 meses	—	—	4.512.773	233.609
85 a 96 meses	—	—	238.095	3.152.892
Acima de 97 meses	—	—	2.644.937	2.015.349
	—	566.054	13.075.170	10.983.851

Os valores contábeis de empréstimos, financiamentos e debêntures são denominados nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Reais (BRL)	—	1.727.460	6.251.180	6.437.593
Dólar (USD)	—	—	8.604.600	6.472.394
Libra esterlina (GBP)	—	—	569.352	443.500
Euro (EUR)	—	—	2.095	3.563
	—	1.727.460	15.427.227	13.357.050

Todas as dívidas com data de vencimento denominadas em dólares norte-americanos, possuem proteção contra risco cambial através de derivativos (nota 5.9).

Abaixo movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2019	—	9.957.138
Captação	1.692.647	4.137.789
Amortização de principal	—	(1.211.991)
Pagamento de juros	(54.787)	(630.793)
Juros, variação cambial e valor justo	89.600	1.104.907
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.727.460	13.357.050
Captação	—	2.443.732
Amortização de principal	(1.700.000)	(2.739.416)
Pagamento de juros	(35.203)	(796.040)
Juros, variação cambial e valor justo	7.743	3.161.901
Saldo em 31 de dezembro de 2020	—	15.427.227

a) Garantias

Até junho de 2020, os contratos de financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), destinados a investimentos, eram garantidos por fianças bancárias, de acordo com cada contrato. Em 16 de junho de 2020, tais fianças, foram substituídas por conta garantida e liquidadas. (R\$ 318.843 em 31 de dezembro de 2019).

Os contratos de financiamento com o European Investment Bank (“EIB”), destinados a investimentos, são garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com custo médio de 1,47%. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de garantias bancárias contratadas era de R\$ 133.000 (R\$ 213.715 em 31 de dezembro de 2019).

b) Linhas de crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia dispunha de linhas de crédito em bancos com rating AA, que não foram utilizadas, no valor total de R\$ 250.000 (R\$ 501.000 em 31 de dezembro de 2019).

O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais.

c) Cláusulas restritivas (“Covenants”)

Sob os termos das principais linhas de empréstimos, a Companhia é obrigada a cumprir as seguintes cláusulas financeiras:

Dívida	Meta	Índice
Debênture 4ª emissões -	Endividamento de curto prazo ^(v) / Endividamento total ^(v) não poderá ser	0,26
Debênture 4ª a 8ª emissão -	Dívida líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA ^(iv) não poderá ser superior a 4,00	1,69
BNDES	Dívida líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA ^(iv) não poderá ser superior a 4,00	1,69
Resolução 4131	Dívida líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA ^(iv) não poderá ser superior a 4,00	1,69
Nota promissória	Dívida líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA ^(iv) não poderá ser superior a 4,00	1,69
Senior Notes 2027	Dívida líquida <i>proforma</i> ⁽ⁱⁱ⁾ e ⁽ⁱⁱⁱ⁾ / EBITDA ^(iv) não poderá ser superior a 3,5	2,55

(i) A dívida líquida consiste em empréstimos e financiamentos circulante e não circulante, líquida de caixa e equivalentes de caixa e de títulos e valores mobiliários registrados nessas demonstrações financeiras. A dívida líquida é uma medida não-GAAP.

(ii) A dívida líquida *proforma* consiste em empréstimos e financiamentos circulante e não circulante, líquida de caixa e equivalentes de caixa, de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e inclui as subsidiárias controladas em conjunto. A dívida líquida *proforma* é uma medida não-GAAP;

(iii) Os efeitos do reconhecimento do CPC 06 (R2) / IFRS 16 não são considerados nas métricas dos índices financeiros para a avaliação de *covenants* desta debênture, conforme previsto contratualmente. EBITDA proforma considera o EBITDA consolidado da Companhia mais a participação proporcional na Raízen Energia, Raízen Combustíveis e suas subsidiárias, uma eventual equivalência patrimonial no cálculo consolidado, vindo da Raízen, é excluída para evitar a duplicidade. O EBITDA proforma é uma medida não-GAAP.

(iv) Corresponde ao EBITDA acumulado nos últimos doze meses.

(v) O endividamento de curto prazo corresponde ao somatório de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos da subsidiária Comgás, de curto prazo e o endividamento total corresponde aos mesmos valores de curto e longo prazos, em bases consolidadas (incluindo o saldo líquido das operações com derivativos que a Comgás seja parte).

Para os demais empréstimos, empréstimos e debêntures da Companhia não há cláusulas financeiras.

Os termos dos empréstimos incluem provisões para *cross-default*.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas estavam cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras.

d) Valor justo e exposição ao risco financeiro

O valor justo dos empréstimos é baseado no fluxo de caixa descontado utilizando sua taxa de desconto implícita. São classificados como valor justo de nível 2 na hierarquia (Nota 5.9) devido ao uso de dados não observáveis, incluindo o risco de crédito próprio.

Os detalhes da exposição da Companhia aos riscos decorrentes de empréstimos estão demonstrados na nota 22.

5.7 Fornecedores

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 30 dias do reconhecimento.

As quantias escrituradas de fornecedores e outras contas a pagar são as mesmas que os seus justos valores, devido à sua natureza de curto prazo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores de materiais e serviços	4.066	5.175	1.095.051	860.926
Fornecedores de gás/transportes	—	—	780.141	815.799
	4.066	5.175	1.875.192	1.676.725

5.8 Obrigação com acionistas preferencialistas em subsidiárias

Política contábil:

O passivo financeiro é mensurado ao custo amortizado levando em conta o saldo devedor da contribuição inicial, atualizado por índices financeiros, menos dividendos pagos atualizados.

Em 27 de junho de 2014, a Cosan realizou uma reorganização societária, com a criação da subsidiária (“CIP”), para otimizar sua estrutura de capital e melhorar o perfil de sua dívida. Foi recebido um aporte de R\$ 2.000.000, por meio de ações preferenciais emitidas sem direito a voto, de dois fundos - Fundo de Investimentos em Participações Multisetoriais Plus II (“FIP Multisetorial”) e com o Razac Fundo de Investimentos em Participações (“FIP Razac”). A CIP recebeu da Cosan participação de 50% nas controladas em conjunto, Raízen Energia e Raízen Combustíveis e os compromissos contribuídos foram debêntures e financiamentos de capital de giro.

O acordo de acionistas possui cláusulas de saída, na qual a Companhia pode recomprar essas participações.

Abaixo movimentação da obrigação com acionistas preferencialistas:

Saldo em 1º de janeiro de 2019	1.097.490
Distribuição de dividendos	(535.832)
Atualização monetária	49.879
Saldo em 31 de dezembro de 2019	611.537
Dividendos pagos	(174.227)
Dividendos propostos	(66.559)
Atualização monetária	16.293
Saldo em 31 de dezembro de 2020	387.044

5.9 Instrumentos financeiros derivativos

Política contábil:

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia designa certos derivativos como:

- i. *hedge* de valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo); ou
- ii. *hedge* de um risco particular associado aos fluxos de caixa de ativos e passivos reconhecidos e transações previstas altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa).

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos / (perdas).

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses.

A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de *hedge* devem ser altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis. Para o risco coberto, os resultados reais de cada *hedge* estão dentro de uma faixa de 60% a 140%.

A Companhia possui um portfólio de contratos de energia (compra e venda) que visam atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Além disso, existe um portfólio de contratos que compreende posições *forward*. Para este portfólio, não há compromisso de compra com um contrato de venda.

A Companhia tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Contratos nesta carteira podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (por exemplo: celebrando com a contraparte contrato de compensação; ou “desfazendo sua posição” do contrato antes de seu exercício ou prescrição; ou em pouco tempo após a compra, realizar venda com finalidade de gerar lucro por flutuações de curto prazo no preço ou ganho com margem de revenda).

Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas pelo valor líquido à vista, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos e são reconhecidos no balanço patrimonial pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado à valor justo na data do balanço.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes, (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data base.

	Nocional		Valor justo	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Derivativos de combustíveis				
Contratos a termo ⁽ⁱ⁾	13.422	—	(348)	—
Derivativos de energia elétrica				
Contratos a termo ⁽ⁱⁱ⁾	1.354.967	—	(189.423)	—
Derivativos de taxa de câmbio				
Contratos a termo	345.144	—	(509)	—
Risco de taxa de câmbio e juros				
Contratos de Swap (juros)	1.170.861	2.633.796	346.488	692.642
Contratos de Swap (juros e câmbio)	4.281.071	3.877.328	2.553.383	1.157.952
	5.451.932	6.511.124	2.899.871	1.850.594
Total de instrumentos contratados pela Companhia			2.709.591	1.850.594
Ativos			3.127.418	1.900.379
Passivos			(417.827)	(49.785)

(i) Contratos a termo de combustíveis contratados pela controlada Moove, que buscam reduzir possíveis impactos na flutuação do preço da commodity que interfere em nossos custos de lubrificantes.

(ii) A controlada Compass Gás e Energia possui uma carteira de contratos de energia (compra e venda) que visa atender a demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Além disso, existe uma carteira de contratos composta por posições a termo, geralmente de curto prazo. Para esta carteira, não existe compromisso de compra com contrato de venda.

Os instrumentos financeiros derivativos de dívidas, são usados apenas para fins de hedge econômico e não como investimentos especulativos.

Hedge de valor justo

Adota-se a contabilidade de hedge do valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de hedge quanto os itens protegidos por hedge são contabilizados pelo valor justo por meio do resultado.

Os efeitos dos instrumentos de hedge relacionados a moeda estrangeira e dos swaps de taxa de juros na posição financeira e no desempenho da Companhia são os seguintes:

	Valor registrado			Ajuste de valor acumulado	
	Nocional	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos, financiamentos e debêntures					
Itens designados					
3ª emissão - 3ª série (Comgás)	—	—	(108.133)	575	(14.822)
5ª emissão - série única (Comgás)	684.501	(890.658)	(859.996)	(22.040)	(90.110)
Senior Notes 2023 (Cosan Luxembourg)	519.670	(569.466)	(438.985)	(237.050)	(99.541)
Total débito	1.204.171	(1.460.124)	(1.407.114)	(258.515)	(204.473)
Instrumentos financeiros derivativos					
Instrumentos de <i>hedge</i>					
Swaps 3ª emissão - 3ª série (Comgás)	—	—	24.842	862	5.510
Swaps 5ª emissão - série única (Comgás)	(684.501)	211.741	175.262	10.731	88.583
Senior Swaps Notes 2023 (Cosan Luxembourg)	(519.670)	392.899	418.340	(42.532)	128.357
Total derivativos	(1.204.171)	604.640	618.444	(30.939)	222.450
Total	—	(855.484)	(788.670)	(289.454)	17.977

Existe uma relação econômica entre o item objeto de hedge e o instrumento de hedge, uma vez que os termos da taxa de juros e do swap cambial correspondem aos termos do empréstimo prefixado, ou seja, valor nominal, prazo e pagamento. A Companhia estabeleceu uma relação de hedge de 1: 1 para os relacionamentos de hedge, uma vez que o risco subjacente da taxa de juros e do swap de taxa de câmbio é idêntico ao componente de risco protegido. Para testar a eficácia do hedge, a Companhia utiliza o método do fluxo de caixa descontado e compara as mudanças no valor justo do instrumento de hedge com as mudanças no valor justo do item coberto atribuível ao risco coberto.

5.10 Mensuração de valor justo reconhecidas

Política contábil:

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros.

Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem:

- i. o uso de preços de mercado cotados;
- ii. para *swaps* usamos o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas observáveis no mercado; e
- iii. para outros instrumentos financeiros analisamos o fluxo de caixa descontado.

Todas as estimativas resultantes de valor justo estão incluídas no nível 2, quando os valores justos tiverem sido determinados com base em valores presentes e as taxas de desconto utilizadas tiverem sido ajustadas para risco de contraparte ou de crédito próprio.

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos.

A Administração regularmente revisa insumos não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível no mercado.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: as entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- Nível 2: as entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da Companhia em valores mobiliários, contratos de derivativos e títulos.
- Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como a entrada de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

O valor de mercado das dívidas abaixo está cotado na Bolsa de Valores de Luxemburgo (Nota 5.5) e baseiam-se no preço de mercado cotado da seguinte forma:

	Empresa	31/12/2020	31/12/2019
Senior notes 2023	Cosan Luxembourg	101,02%	101,46%
Senior notes 2027	Cosan Luxembourg	108,20%	109,18%
Perpetuo notes	Cosan Luxembourg	102,88%	104,06%

Todas as estimativas resultantes de valor justo estão incluídas no nível 2, exceto pela contraprestação contingente a pagar quando os valores justos tiverem sido determinados com base em valores presentes e as taxas de desconto utilizadas tiverem sido ajustadas para risco de contraparte ou de crédito próprio.

Os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

		Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo					
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020			31/12/2019		
				Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	Note								
Aplicações em fundos de investimento	5.1	2.154.257	3.277.789	—	2.154.257	—	—	3.277.789	—
Títulos e valores mobiliários	5.2	2.271.570	1.363.048	—	2.271.570	—	—	1.363.048	—
Outros ativos financeiros	5.4	848.821	843.420	848.821	—	—	843.420	—	—
Instrumentos financeiros derivativos	5.9	3.127.418	1.900.379	—	3.127.418	—	—	1.900.379	—
Total		8.402.066	7.384.636	848.821	7.553.245	—	843.420	6.541.216	—
Passivo									
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.6	(6.837.028)	(5.359.298)	—	(6.837.028)	—	—	(5.359.298)	—
Contraprestação a pagar ⁽ⁱ⁾		(224.787)	(184.370)	—	(224.787)	—	—	(184.370)	—
Instrumentos financeiros derivativos	5.9	(417.827)	(49.785)	—	(417.827)	—	—	(49.785)	—
Total		(7.479.642)	(5.593.453)	—	(7.479.642)	—	—	(5.593.453)	—

- (i) Composto por: contraprestação a pagar referente ao ativo intangível do contrato com a ExxonMobil no valor de R\$ 188.941 e contraprestação contingente variável a pagar de R\$ 35.846, que considera o valor presente do pagamento esperado descontado, utilizando uma taxa de desconto ajustada pelo risco.

6 Outros tributos a recuperar

Política Contábil:

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
COFINS	26.952	24.695	322.500	452.411
ICMS	—	—	159.299	79.307
ICMS CIAP	—	—	17.763	12.514
PIS	2.785	8.597	20.071	55.360
Crédito tributário	42.138	41.516	42.138	41.516
Outros	1.165	15	39.933	25.000
	73.040	74.823	601.704	666.108
Circulante	35.507	33.307	434.480	602.927
Não circulante	37.533	41.516	167.224	63.181

7 Estoques

Política contábil:

Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável (é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos custos estimados necessários para efetuar a venda). O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende materiais diretos, mão-de-obra direta e uma proporção adequada de despesas gerais variáveis e fixas, sendo as últimas alocadas com base na capacidade operacional normal. Os custos são atribuídos a itens individuais do estoque com base nos custos médios ponderados.

A provisão para estoques obsoletos é feita para os riscos associados à realização e venda de estoques devido à obsolescência e mensuradas pelo valor realizável líquido ou o custo, dos dois o menor.

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Produtos acabados	545.529	433.023
Estoque de materiais para construção	118.319	86.271
Almoxarifado e outros	22.052	19.503
	685.900	538.797

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R\$ 17.449 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 8.295 em 31 de dezembro de 2019).

8 Investimento em associadas

8.1 Investimentos em subsidiárias e associadas

Política contábil:

a) Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle, são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição do controle e desconsolidados quando o controle deixar de existir.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Ajustes são feitos nas demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia.

As transações entre partes relacionadas são eliminadas integralmente na consolidação. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma, mas apenas na medida em que não haja evidência de imparidade.

b) Associadas

Associadas são aquelas entidades nas quais a Companhia possui influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, a participação de associadas atribuível à Companhia no lucro ou prejuízo do exercício de tais investimentos é registrada na demonstração do resultado, em “Resultado de equivalência patrimonial”. Os ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a Companhia e as investidas são eliminados com base no percentual de participação dessas investidas. Os outros resultados abrangentes de subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em “Outros resultados abrangentes”.

As subsidiárias e associadas da Companhia estão listadas abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Participação direta em subsidiária		
Companhia de Gás de São Paulo – Comgás ⁽ⁱ⁾	—	99,15%
Compass Gás e Energia ⁽ⁱ⁾	99,01%	—
Cosan Lubes Investments Limited (CLI) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	70,00%	70,00%
Cosan Cayman II Limited	100,00%	100,00%
Cosan Global Limited	100,00%	100,00%
Cosan Investimentos e Participações S.A.	100,00%	100,00%
Cosan Luxembourg S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	100,00%	100,00%
Cosan Overseas Limited	100,00%	100,00%
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	100,00%	100,00%
Payly Soluções de Pagamentos S.A.	75,00%	75,00%
Rumo S.A.	2,16%	1,71%
Cosan Logística S.A.	0,10%	0,10%

Participação da Cosan Lubes Investments Limited em suas entidades controladas

Moove Lubricants Limited	100,00%	100,00%
Cosan Cinco S.A.	100,00%	100,00%
Airport Energy Limited	100,00%	100,00%
Airport Energy Services Limited	100,00%	100,00%
Wessesx Petroleum Limited	100,00%	100,00%
Stanbridge Group Limited	100,00%	100,00%
Cosan Lubricants España S.L.U.	100,00%	100,00%
Techniques ET Technologies Appliquees SAS	75,00%	75,00%
Cosan Lubrificantes S.R.L.	98,00%	98,00%
Lubrigrupo II - Comércio e Distribuição de Lubrificantes S.A.	100,00%	100,00%
Comma Oil & Chemicals Marketing SRL	100,00%	100,00%
Comma Otomotiv Yag Ve Kimyasallari	100,00%	100,00%
Pazarlama Limited Sirketi	100,00%	100,00%
Comma Oil & Chemicals Marketing B	100,00%	100,00%
Commercial Lubricants Moove Corp	100,00%	100,00%

- (i) Em janeiro de 2020 a Companhia contribuiu o investimento que possuía na Comgás em forma de aporte de capital na Compass Gás e Energia conforme detalhado na nota 1.
- (ii) Em 31 de março de 2020, a Cosan Lubes Investments Limited ("CLI") recebeu R\$65.478 devido à satisfação das condições precedentes em 31 de dezembro de 2019, como resultado e nos termos do contrato de investimento entre o CLI e o Fundo CVC VII ("CVC").
- (iii) A Administração concluiu que não há incertezas relevantes que ponham em dúvida a continuidade operacional das subsidiárias. Apesar de apresentar em 31 de dezembro de 2020 um valor de investimento combinado com um passivo não garantido de R\$ 458.852, conforme mostrado abaixo, não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, pudessem suscitar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. As subsidiárias contam com o apoio financeiro da Companhia.

Abaixo estão as subsidiárias e associadas, que em 31 de dezembro de 2020 que são relevantes para a Companhia:

a) Controladora

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Participação societária	Benefício econômico (%)
Compass Gás e Energia	628.487.690	623.084.911	99,01%	99,01%
Cosan Global Limited	1	1	100,00%	100,00%
Cosan Investimentos e Participações S.A.	3.778.868.643	3.778.868.643	100,00%	100,00%
Cosan Luxemburgo S.A.	500.000	500.000	100,00%	100,00%
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	81.440.221	24.920.708	51,00%	3,00%
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	1.735.703	531.125	51,00%	2,51%
Tellus Brasil Participações S.A.	120.920.492	61.359.624	50,74%	5,00%
Janus Brasil Participações S.A.	207.712.545	105.461.644	50,77%	5,00%
Cosan Lubes Investment	34.963.764	24.474.635	70,00%	70,00%
Payly Soluções de Pagamentos S.A.	71.527.201	53.646.401	75,00%	75,00%
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	32.752.251	32.751.751	99,99%	99,99%

	Saldo em 1º de janeiro de 2020	Resultado de equivalência patrimonial	Mudança de participação em subsidiária	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Aumento / redução de capital	Reclassificação passivo descoberto	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Comgás	2.861.936	—	—	—	—	(2.861.936)	—	—	—
Cosan Global	103.989	28.907	—	—	—	—	—	—	132.896
Compass Gás e Energia	—	923.415	44.569	58.707	(598.689)	2.861.936	(1.621)	—	3.288.317
Cosan Investimentos e Participações S.A.	5.849.473	599.038	—	(69.948)	(367.543)	—	—	(174.227)	5.836.793
Cosan Lubes Investment	1.104.567	104.352	—	155.689	—	—	—	—	1.364.608
Payly Soluções de Pagamentos S.A.	7.075	(18.004)	—	—	—	20.000	—	—	9.071
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	31.980	1.747	—	45	(563)	—	—	—	33.209
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	59.880	3.512	—	232	(1.233)	—	—	—	62.391
Tellus Brasil Participações S.A.	102.339	6.883	—	—	(3.560)	—	—	—	105.662
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	555	(82)	—	—	—	—	—	—	473
Janus Brasil Participações S.A.	126.086	7.591	—	—	(3.909)	1.132	—	—	130.900
Outros	51.785	(2.305)	—	12.770	—	10	—	—	62.260
Total investimento em associadas	10.299.665	1.655.054	44.569	157.495	(975.497)	21.142	(1.621)	(174.227)	11.026.580
Compass Gás e Energia	(1.621)	—	—	—	—	—	1.621	—	—
Cosan Luxemburg S.A.	(151.206)	(307.646)	—	—	—	—	—	—	(458.852)
Total investimento passivo descoberto	(152.827)	(307.646)	—	—	—	—	1.621	—	(458.852)
Total	10.146.838	1.347.408	44.569	157.495	(975.497)	21.142	—	(174.227)	10.567.728

	Saldo em 1º de janeiro de 2019	Resultado de equivalência patrimonial	Mudança de participação em subsidiária	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Aumento / redução de capital	Outros	Reclassificação passivo descoberto	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Comgás	4.175.505	1.252.024	972.998	(70.804)	(1.982.865)	(1.487.105)	2.183	—	2.861.936
Cosan Global Limited	98.020	5.969	—	—	—	—	—	—	103.989
Cosan Investimentos e Participações S.A.	6.184.279	1.167.734	—	(197.241)	(769.168)	—	(536.131)	—	5.849.473
Cosan Lubrificantes e Especialidades	841.222	8.381	—	11.009	—	—	(860.612)	—	—
Cosan Lubes Investment	54.365	38.879	141.568	12.754	—	—	857.001	—	1.104.567
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	32.237	1.532	—	27	(1.816)	—	—	—	31.980
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	59.585	1.494	—	142	(1.341)	—	—	—	59.880
Tellus Brasil Participações S.A.	101.109	4.664	—	—	(3.434)	—	—	—	102.339
Usina Santa Luiza S.A.	29.209	—	—	—	—	—	(29.209)	—	—
Janus Brasil Participações S.A.	93.821	5.212	—	—	(4.060)	31.113	—	—	126.086
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	—	—	—	—	—	7.457	—	(6.902)	555
Compass Gás e Energia	105	(1.726)	—	—	—	—	—	1.621	—
Outros	41.783	(17.511)	5.515	9.394	—	11.068	8.611	—	58.860
Total investimento em associadas	11.711.240	2.466.652	1.120.081	(234.719)	(2.762.684)	(1.437.467)	(558.157)	(5.281)	10.299.665
Cosan Biomassa	(41.816)	(14.303)	—	—	—	—	56.119	—	—
Compass Gás e Energia	—	—	—	—	—	—	—	(1.621)	(1.621)
Cosan Luxemburgo S.A.	(26.652)	(124.554)	—	—	—	—	—	—	(151.206)
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	(6.805)	(97)	—	—	—	—	—	6.902	—
Total investimento passivo descoberto	(75.273)	(138.954)	—	—	—	—	56.119	5.281	(152.827)
Total	11.635.967	2.327.698	1.120.081	(234.719)	(2.762.684)	(1.437.467)	(502.038)	—	10.146.838

Informações financeiras de subsidiárias e associadas:

	Saldo em 31 de dezembro de 2020				Saldo em 31 de dezembro de 2019			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Cosan Lubes Investment	2.941.839	(992.338)	1.949.501	149.446	2.401.250	(813.554)	1.587.696	59.807
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	2.384.480	(334.962)	2.049.518	139.781	2.259.400	(309.909)	1.949.491	58.709
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	863.911	(947)	862.964	58.239	821.183	(19)	821.164	50.920
Comgás	14.081.346	(11.204.749)	2.876.597	1.070.148	12.038.100	(9.151.581)	2.886.519	1.292.647
Cosan Investimentos e Participações S.A.	5.986.962	(408)	5.986.554	599.038	5.849.676	(203)	5.849.473	1.167.734
Cosan Luxembourg S.A.	4.490.706	(4.949.558)	(458.852)	(307.646)	3.528.785	(3.383.569)	145.216	(118.566)
Cosan Global	132.896	—	132.896	28.907	103.989	—	103.989	5.965
Tellus Brasil Participações Ltda	2.235.872	(169.779)	2.066.093	134.441	2.137.559	(136.375)	2.001.184	91.431
Janus Brasil Participações S.A.	2.764.440	(197.906)	2.566.534	143.432	2.632.321	(160.167)	2.472.154	97.652
Compass Gás e Energia	3.342.271	(21.076)	3.321.195	931.265	993	(2.614)	(1.621)	(2.614)

a) Consolidado

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Participação societária	Benefício econômico (%) ⁽ⁱ⁾
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	81.440.222	24.920.708	51,00%	3,00%
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	1.735.703	531.125	51,00%	2,51%
Tellus Brasil Participações S.A.	120.920.492	61.359.624	50,74%	5,00%
Janus Brasil Participações S.A.	136.928.272	69.361.678	50,77%	5,00%

- (i) A Companhia não possui influência significativa, justificando os critérios para definir a mensuração da parcela retida do investimento por meio do método de equivalência patrimonial, de acordo com o IAS 28, embora não consolide devido ao acordo de acionistas que inibe sua tomada de decisão.

	Saldo em 1º de janeiro de 2020	Resultado de equivalência patrimonial	Mudança de participação em subsidiária	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Aumento / redução de capital	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Tellus Brasil Participações S.A.	102.342	6.883	—	—	(3.560)	—	—	105.665
Janus Brasil Participações S.A.	126.087	7.591	—	—	(3.909)	1.132	—	130.901
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	59.861	3.512	—	232	(1.233)	—	—	62.372
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	31.976	1.747	—	45	(563)	—	—	33.205
Outros investimentos	5.429	(4.019)	—	(37)	—	10	179	1.562
	325.695	15.714	—	240	(9.265)	1.142	179	333.705

	Saldo em 1º de janeiro de 2019	Resultado de equivalência patrimonial	Mudança de participação em subsidiária	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Aumento / redução de capital	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Tellus Brasil Participações S.A	101.109	4.667	—	—	(3.434)	—	—	102.342
Novvi Limited Liability Company	13.449	168	—	(136)	—	—	(13.481)	—
Janus Brasil Participações S.A.	93.821	5.213	—	—	(4.060)	31.113	—	126.087
Radar Propriedades Agrícolas S.A	59.585	1.475	—	142	(1.341)	—	—	59.861
Radar II Propriedades Agrícolas S.A	32.237	1.528	—	27	(1.816)	—	—	31.976
Usina Santa Luiza S.A.	29.209	(29.209)	—	—	—	—	—	—
Outros investimentos	5.108	(4.486)	5.655	—	—	(925)	77	5.429
	334.518	(20.644)	5.655	33	(10.651)	30.188	(13.404)	325.695

Informações financeiras de subsidiárias e associadas:

	Saldo em 31 de dezembro de 2020				Saldo em 31 de dezembro de 2019			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	2.384.480	(334.962)	2.049.518	139.781	2.259.400	(309.909)	1.949.491	58.709
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	863.911	(947)	862.964	58.239	821.183	(19)	821.164	50.920
Tellus Brasil Participações Ltda	2.235.872	(169.779)	2.066.093	134.441	2.137.559	(136.375)	2.001.184	91.431
Janus Brasil Participações S.A.	2.764.440	(197.906)	2.566.534	143.432	2.632.321	(160.167)	2.472.154	97.652

8.2 Aquisição de subsidiárias

Política contábil

Combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. A contraprestação transferida na aquisição é geralmente mensurada pelo valor justo, bem como os ativos líquidos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos. Qualquer *goodwill* que surja é testado anualmente quanto à imparidade. Os custos de transação são registrados conforme incorridos no resultado, exceto se relacionados à emissão de dívida ou patrimônio líquido.

Para cada combinação de negócios, a Companhia opta por mensurar quaisquer participações não controladoras na aquisição:

- i. a valor justo; ou
- ii. na sua parte proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirente, que são geralmente ao justo valor.

A contraprestação transferida não inclui valores relacionados à liquidação de relacionamentos pré-existentes. Esses valores são geralmente reconhecidos no resultado.

A consideração contingente depende de um negócio adquirido atingir metas dentro de um período fixo. As estimativas de desempenho futuro são necessárias para calcular as obrigações no momento da aquisição e em cada data de relatório subsequente. Além disso, estimativas são necessárias para avaliar os ativos e passivos adquiridos em combinações de negócios. Os ativos intangíveis, como as marcas, são comumente parte essencial de um negócio adquirido, pois nos permitem obter mais valor do que seria possível de outra forma.

Mensuração dos valores justos

Na mensuração dos valores justos foram utilizadas técnicas de avaliação considerando preços de mercado para itens semelhantes, fluxo de caixa descontado, entre outros.

Uma vez que se trata de uma mensuração de valor justo, caso novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data de aquisição, sobre os fatos e circunstâncias que existiam na data de aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revisitada. A expectativa da Administração é que apenas as mensurações dos intangíveis poderiam ter algum tipo de impacto em relação a esta avaliação.

Em 30 de janeiro de 2020, a Cosan concluiu a aquisição de 100% do capital das seguintes empresas:

Nome da adquirida	Descrição da operação
Compass Comercializadora de Energia Ltda	Comercialização de gás natural e energia elétrica
Compass Geração Ltda	Comercialização de gás natural e energia elétrica
Compass Energia Ltda	Sem operação
Compass Energia Participações Ltda	Sem operação

Foram feitas estimativas precisas e confiáveis do preço de compra para determinar o valor do ágio pago na transação. Ágio é a diferença entre o valor dos ativos líquidos adquiridos e o preço pago pelas ações.

A Companhia, por meio de consultores independentes, avaliou se o valor justo de todos os ativos e passivos no balanço patrimonial de abertura é diferente do valor contábil declarado. Os ativos e passivos avaliados incluem ativos imobilizados, carteiras de clientes, marcas e, possivelmente, também empréstimos de longo prazo. Não foram identificadas diferenças materiais entre o valor justo e o valor contábil, e o preço líquido pago foi totalmente alocado ao ágio.

Os saldos das empresas adquiridas são compostos substancialmente por ativos e passivos mensurados pelo valor justo e, portanto, não foram efetuados ajustes no valor justo e nas políticas contábeis.

a) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

O valor justo dos ativos e passivos adquiridos está demonstrado a seguir:

	Compass Comercializadora	Compass Geração	Compass Energia	Total
Caixa e equivalentes de caixa	4.539	177	37	4.753
Contas a receber de clientes	12.384	149.163	-	161.547
Adiantamento de fornecedores	15	-	-	15
Outros tributos a recuperar	134	89	31	254
Instrumentos financeiros derivativos	1.377	-	-	1.377
Investimentos em associadas	9	28	-	37
Imobilizado	69	-	-	69
Fornecedores	(13.585)	(83.669)	-	(97.254)
Outros tributos a pagar	-	(162)	-	(162)
Outras contas a pagar	(97)	-	-	(97)
Outros passivos financeiros	-	(48.007)	-	(48.007)
Dividendos a pagar	-	(508)	-	(508)
Pagáveis a partes relacionadas	-	(17.063)	-	(17.063)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(468)	-	-	(468)
Total dos ativos identificáveis, líquido	4.377	48	68	4.493

b) Ágio

O valor justo na data de aquisição do ágio consistiu no seguinte:

	Total
Contraprestação transferida ⁽ⁱ⁾	99.385
Total de ativos adquiridos e passivo assumidos a valor justo	4.493
Ágio	94.892

- (i) Efeito da contraprestação transferida líquida do caixa adquirido R\$ 94.631.

Informações obtidas sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição podem resultar em ajustes na alocação do ágio. O ágio de R\$ 94.892 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros decorrentes da aquisição.

O ágio representa a parte do preço de compra superior à soma do valor justo líquido de todos os ativos adquiridos na aquisição e os passivos assumidos no processo. A vida útil do ágio é indefinida e o saldo desse ativo é avaliado anualmente pela Companhia, ou quando tiver indicativo de *impairment*, por meio do método de fluxo de caixa descontado.

	Natureza	Metodologia de avaliação	Valor justo	Vida útil
Ágio	Representa a parte do preço de compra superior à soma do valor justo líquido de todos os ativos adquiridos na aquisição e os passivos assumidos no processo.	Fluxo de caixa descontado	94.892	Indefinida

Se as subsidiárias adquiridas tivessem sido consolidadas desde 1º de janeiro de 2020, a demonstração consolidada do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentaria uma receita líquida de R\$13.660.394 e lucro líquido de R\$903.166.

8.3 Participação de acionistas não controladores

Política contábil:

As transações com participações de não controladores que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio - ou seja, como transações com os proprietários na capacidade de proprietários.

A seguir, são apresentadas informações financeiras resumidas para cada subsidiária que possui participações não controladoras que são relevantes para o grupo. Os valores divulgados para cada subsidiária são antes das eliminações entre as empresas.

	Número de ações da investida	Ações dos não controladores	Participação de não controladores
Compass Gás e Energia	628.487.690	5.402.779	0,99%
Comgás	132.520.587	1.124.363	0,85%
Cosan Lubes	34.963.764	10.489.129	30,00%
Payly Soluções de Pagamentos S.A.	44.861.170	11.215.293	25,00%
TTA	10.521	2.630	25,00%

A tabela a seguir resume as informações relativas a cada uma das subsidiárias da Companhia que possui participações não controladoras relevantes, antes de qualquer eliminação intragrupo.

	Saldo em 1º de janeiro de 2020	Resultado de equivalência patrimonial	Mudança de participação em subsidiária	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Novas normas adotadas pela Companhia - Nota 3.3	Aumento de capital	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Comgás	24.569	9.200	—	484	(9.535)	—	—	11	24.729
Compass Gás e Energia ⁽ⁱ⁾	—	7.848	30.431	552	(5.986)	—	—	35	32.880
Cosan Lubes	470.497	44.816	—	66.970	—	—	—	—	582.283
TTA	10.057	1.694	—	4.083	—	—	—	—	15.834
Payly	2.359	(6.602)	—	—	—	—	6.666	—	2.423
	507.482	56.956	30.431	72.089	(15.521)	—	6.666	46	658.149

	Saldo em 1º de janeiro de 2019	Resultado de equivalência patrimonial	Mudança de participação em subsidiária	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Aumento / (redução) de capital	Combinação de negócios	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Comgás	987.358	40.456	(972.988)	(560)	(16.969)	(12.728)	—	—	24.569
CLI	—	18.715	451.267	515	—	—	—	—	470.497
TTA	7.060	2.131	—	866	—	—	—	—	10.057
Payly	—	(3.432)	5.002	—	—	789	—	—	2.359
	994.418	57.870	(516.719)	821	(16.969)	(11.939)	—	—	507.482

Balanço patrimonial resumido:

	Compass		Comgás		CLI		TTA		Payly	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante										
Ativo	397.678	4	4.225.788	2.792.056	1.047.938	798.872	113.931	76.511	21.309	5.940
Passivo	(21.076)	(2.614)	(3.610.144)	(2.807.891)	(616.427)	(349.790)	(58.959)	(41.739)	(16.697)	(5.949)
Ativo circulante líquido	376.602	(2.610)	615.644	(15.835)	431.511	449.082	54.972	34.772	4.612	(9)
Não circulante										
Ativo	2.944.593	989	9.855.557	9.246.044	1.893.901	1.602.378	51.516	13.692	5.081	9.442
Passivo	—	—	(7.594.604)	(6.343.690)	(360.077)	(463.764)	(9.727)	(8.237)	—	—
Ativo não circulante líquido	2.944.593	989	2.260.953	2.902.354	1.533.824	1.138.614	41.789	5.455	5.081	9.442
Patrimônio líquido	3.321.195	(1.621)	2.876.597	2.886.519	1.965.335	1.587.696	96.761	40.227	9.693	9.433

Demonstração do resultado resumida e outros resultados abrangentes:

	Compass		Comgás		CLI		TTA		Payly	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita líquida	—	—	8.317.691	9.514.222	1.911.541	1.746.727	308.597	231.069	42	6
Resultado antes dos impostos	920.426	—	1.597.960	1.881.036	150.930	74.982	11.523	14.369	(26.406)	(31.630)
Imposto de renda e contribuição social	10.839	—	(527.812)	(588.389)	(1.484)	(15.175)	(4.745)	(4.789)	—	(1.281)
Resultado do exercício	931.265	—	1.070.148	1.292.647	149.446	59.807	6.778	9.580	(26.406)	(32.911)
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—	—	—	—	(390)	—	—
Resultados abrangente total	931.265	—	1.070.148	1.292.647	149.446	59.807	6.778	9.190	(26.406)	(32.911)
Resultado abrangente atribuído a não controlador	9.220	—	9.080	10.967	44.834	17.942	1.694	2.298	(6.602)	(8.228)
Dividendos pagos	600.000	—	1.135.669	2.010.101	—	—	—	—	—	—

Demonstração dos fluxos de caixa resumida:

	Compass		Comgás		CLI		TTA		Payly	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa (utilizado) gerado nas atividades operacionais	(18.045)	4	2.111.551	2.512.303	71.654	82.946	11.050	4.032	3.741	(28.765)
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimento	776.872	—	(1.768.298)	202.037	(38.910)	(10.140)	(370)	4.048	(6.527)	(7.849)
Caixa (utilizado) gerado nas atividades de financiamento	(525.030)	—	198.890	(2.233.548)	14.874	291.898	(4.636)	(3.840)	16.666	40.965
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	233.797	4	542.143	480.792	47.618	364.704	6.044	4.240	13.880	4.351
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	4	—	1.083.410	602.618	319.733	—	19.425	13.534	4.351	—
Efeito da variação cambial sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa	(982)	—	(15.005)	—	125.268	(44.971)	7.710	1.651	(176)	—
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	232.819	4	1.610.548	1.083.410	492.619	319.733	33.179	19.425	18.055	4.351

- (i) Em 30 de janeiro de 2020, foi realizado aumento de capital na Compass Gás e Energia, por meio de subscrição de 6.222.650 ações nominativas em favor de acionistas não controladores, totalizando um montante total de R\$ 75.000 (equivalente a 0,99% do capital social da Compass Gás e Energia), gerando um ajuste de R\$ 44.569 no valor do investimento detido pela Cosan S.A., pela alteração no percentual da participação societária.

9 Investimentos em controlada em conjunto

Política contábil:

A Companhia firmou contrato para formar duas controladas em conjunto, respondendo por 50% dos benefícios econômicos das empresas.

A Cosan detém o controle em conjunto da Raízen Combustíveis e Raízen Energia em virtude de sua participação de 50% no capital de ambas as empresas e da exigência de consentimento unânime de todos os acionistas sobre as decisões relacionadas às atividades significativas. Os investimentos foram classificados como controladas em conjunto e, portanto, o método de equivalência patrimonial é utilizado para todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Os dois sócios têm direitos diretos sobre os ativos da sociedade e são solidariamente responsáveis pelos passivos incorridos pela parceria.

As alterações nos investimentos em controladas em conjunto foram as seguintes:

	Raízen Combustíveis S.A.	Raízen Energia S.A.	Total
Número de ações da investida	1.661.418.472	7.243.283.198	
Quotas da investidora	830.709.236	3.621.641.599	
Percentual de participação	50%	50%	
Saldo em 1º de janeiro de 2019	3.104.613	4.973.294	8.077.907
Resultado de equivalência	1.223.557	(92.151)	1.131.406
Ajuste de avaliação patrimonial	(4.770)	(192.470)	(197.240)
Juros sobre capital próprio	(63.500)	—	(63.500)
Dividendos	(1.047.299)	(352.314)	(1.399.613)
Saldo em 1º de janeiro de 2020	3.212.601	4.336.359	7.548.960
Resultado de equivalência	332.240	250.761	583.001
Ajuste de avaliação patrimonial	376.053	(446.001)	(69.948)
Juros sobre capital próprio ⁽ⁱ⁾	(73.388)	—	(73.388)
Dividendos	—	(417)	(417)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.847.506	4.140.702	7.988.208

(i) Valor proposto, mas não pago no exercício.

De acordo com os termos da controlada em conjunto - Raízen, a subsidiária Cosan é responsável por certos processos judiciais que existiam antes da formação da Raízen, líquidos de depósitos judiciais em 1º de abril de 2011, bem como parcelamentos tributários nos termos da anistia fiscal e Programa de Refinanciamento registrado em “Outros tributos a pagar”. Além disso, a Cosan concedeu à Raízen acesso a uma linha de crédito (*stand-by*) no valor de US\$ 350.000 mil, sem utilização em 31 de dezembro de 2020.

A demonstração da posição financeira e a demonstração do resultado das Joint ventures estão divulgadas na Nota 4 - Informações por segmento.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava em conformidade com os *convenants* dos contratos que regem as respectivas *joint ventures*.

10 Imobilizado, intangível e ágio

Política contábil:

Redução ao valor recuperável

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a cada negócio, utilizando informações disponíveis no mercado e desempenho anterior. Fluxos de caixa descontados foram elaborados ao longo de um período de dez anos e transportados em perpetuidade sem considerar uma taxa de crescimento real. A Administração entende o uso de períodos superiores a cinco anos na preparação dos fluxos de caixa descontados, uma vez que reflete o tempo estimado de uso do ativo e dos grupos de negócios.

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

As premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa descontado - estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto são utilizadas em nossa avaliação de redução ao valor recuperável de ativos na data do balanço. Nenhuma mudança razoavelmente plausível em uma suposição chave causaria prejuízo. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diferentes unidades geradoras de caixa às quais o ágio é alocado são explicadas abaixo.

10.1 Imobilizado

Política contábil:

Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são contabilizados quando incorridos.

Depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa sem um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, como segue:

Terrenos, edifícios e benfeitorias	4% a 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% a 11%
Aviações, embarcações e veículos	10% a 20%
Móveis e utensílios	10% a 15%
Equipamentos de informática	20%

a) Reconciliação do valor contábil

	Consolidado				Controladora
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Valor de custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2019	274.974	242.699	55.090	129.321	702.084
Adições	121	1.445	31.939	1.887	35.392
Baixas	(2.464)	(20.998)	(1.080)	(22.598)	(47.140)
Transferências	16.189	43.781	(57.406)	(9.163)	(6.599)
Efeito de conversão de balanço	3.884	2.967	1.619	839	9.309
Operação descontinuada	(59.917)	(68.107)	—	(3.216)	(131.240)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	232.787	201.787	30.162	97.070	561.806
Adições	—	1.669	52.713	1.048	55.430
Combinação de negócio ⁽ⁱ⁾	(64)	(2.113)	—	(3.023)	(5.200)
Transferências ⁽ⁱⁱ⁾	8.785	58.065	(30.092)	23.521	60.279
Efeito de conversão de balanço	20.934	30.444	640	17.235	69.253
Saldo em 31 de dezembro de 2020	262.442	289.852	53.423	135.851	741.568
Valor de depreciação					
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(65.685)	(97.322)	—	(40.664)	(203.671)
Adições	(13.326)	(28.193)	—	(12.314)	(53.833)
Baixas	—	19.820	—	18.074	37.894
Transferências	(511)	(9.006)	—	10.070	553
Efeito de conversão de balanço	(553)	(774)	—	(676)	(2.003)
Operação descontinuada	9.478	27.194	—	2.619	39.291
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(70.597)	(88.281)	—	(22.891)	(181.769)
Adições	(16.001)	(21.601)	—	(12.112)	(49.714)
Baixas	7	1.188	—	2.367	3.562
Transferências ⁽ⁱⁱ⁾	(7.333)	(38.107)	—	(18.299)	(63.739)
Efeito de conversão de balanço	(8.032)	(15.636)	—	(9.244)	(32.912)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(101.956)	(162.437)	—	(60.179)	(324.572)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	162.190	113.506	30.162	74.179	380.037
Saldo em 31 de dezembro de 2020	160.486	127.415	53.423	75.672	416.996

(i) Para maiores detalhes, vide nota 8.2.

(ii) Transferências do imobilizado em decorrência da capitalização dos referidos ativos.

10.2 Intangível e ágio

Política contábil:

a) Ágio

O ágio é inicialmente reconhecido com base na política contábil de combinação de negócios (vide nota 8.2). Seu valor é mensurado pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

O ágio adquirido em uma combinação de negócios é alocado às UGCs da Companhia, ou grupos de UGCs, que devem se beneficiar das sinergias da combinação.

b) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e possuem vida curta são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

c) Relacionamento com clientes

Os custos incorridos no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes (incluindo oleodutos, válvulas e equipamentos em geral) são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante o período do contrato.

d) Direitos de concessão

A subsidiária Comgás possui um contrato de concessão pública para um serviço de distribuição de gás no qual o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço, além de deter participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, a subsidiária reconhece esse direito como um ativo intangível.

O ativo intangível compreende: (i) o direito de concessão reconhecido na combinação de negócios da subsidiária Comgás, que está sendo amortizado pelo prazo da concessão linearmente, considerando a extensão dos serviços de distribuição por mais vinte anos; e (ii) os ativos adquiridos ou construídos subjacentes à concessão necessária para a distribuição de gás, que está sendo depreciado para corresponder ao período no qual se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam revertidos para a Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pela ARSESP, para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão.

A amortização dos ativos intangíveis reflete o padrão esperado para a utilização dos benefícios econômicos futuros pela Companhia, que corresponde à vida útil dos ativos que compõem a infraestrutura de acordo com as disposições da ARSESP.

A amortização dos ativos é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

e) Despesas subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

f) Amortização

Exceto pelo *goodwill*, os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou adquiridos.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relato e ajustados, se apropriado.

	Consolidado					Controladora
	Ágio	Direito de concessão	Marcas e patentes	Relacionamento com clientes	Outros	Total
Valor de custo						
Saldo em 1º de janeiro de 2019	782.783	9.731.460	37.877	742.863	253.193	11.548.176
Adições	—	—	—	85.438	9.030	94.468
Baixas	—	(67.259)	—	(215)	(8)	(67.482)
Transferências	—	447.863	—	(704)	(7.232)	439.927
Efeito de conversão de balanço	18.948	—	8.293	1.709	(1.602)	27.348
Operação descontinuada	—	—	—	—	(846)	(846)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	801.731	10.112.064	46.170	829.091	252.535	12.041.591
Adições	—	—	—	111.656	7.704	119.360
Combinação de negócios ⁽ⁱ⁾	94.892	—	—	—	—	94.892
Baixas	—	(48.442)	—	(131)	(12.474)	(61.047)
Transferências ⁽ⁱⁱ⁾	—	695.140	3.697	12.735	52.949	764.521
Efeito de conversão de balanço	80.684	—	13.541	75.861	10.848	180.934
Saldo em 31 de dezembro de 2020	977.307	10.758.762	63.408	1.029.212	311.562	13.140.251
Valor de amortização						
Saldo em 1º de janeiro de 2019	—	(1.602.467)	—	(314.619)	(152.470)	(2.069.556)
Adições	—	(394.513)	(9.201)	(95.034)	(18.054)	(516.802)
Baixas	—	14.747	—	162	8	14.917
Transferências	—	(8)	—	(3.626)	(2.324)	(5.958)
Efeito de conversão de balanço	—	—	—	2.668	(1.761)	907
Operação descontinuada	—	—	—	—	582	582
Saldo em 31 de dezembro de 2019	—	(1.982.241)	(9.201)	(410.449)	(174.019)	(2.575.910)
Adições	—	(368.459)	—	(86.162)	(69.591)	(524.212)
Baixas	—	17.030	—	111	4.820	21.961
Transferências	—	(10)	—	5.181	867	6.038
Efeito de conversão de balanço	—	—	—	(17.978)	(4.854)	(22.832)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	—	(2.333.680)	(9.201)	(509.297)	(242.777)	(3.094.955)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	801.731	8.129.823	36.969	418.642	78.516	9.465.681
Saldo em 31 de dezembro de 2020	977.307	8.425.082	54.207	519.915	68.785	10.045.296

(i) Para maiores detalhes, vide nota 8.2.

(ii) Transferências do ativo de contrato, o montante contempla, também, uma parcela do ativo intangível que foi reclassificada para ativo financeiro de acordo com os preceitos do IFRIC 12 / ICPC 01.

a) Capitalização de custos de empréstimos

Foram capitalizados no exercício R\$ 36.522 a uma taxa média de 7,40% a.a (R\$ 19.877 e 7,29% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

b) Métodos de amortização e vidas úteis

Ativo intangível (exceto ágio)	Taxa anual de amortização	31/12/2020	31/12/2019
Comgás ⁽ⁱ⁾	Durante prazo da concessão e prorrogação desta	8.425.082	8.129.823
		8.425.082	8.129.823
Marcas e patentes: Comma	Indefinida	54.207	36.969
		54.207	36.969
Relacionamentos com clientes: Comgás	20,00%	210.038	161.786
Moove	8,70%	309.877	256.856
		519.915	418.642
Outros Licença de software	20,00%	50.307	53.599
Outros		18.478	24.917
		68.785	78.516
Total		9.067.989	8.663.950

- (i) Ativo intangível da concessão pública de serviço de distribuição de gás, que representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, composto de: (i) os direitos de concessão reconhecidos na combinação de negócios e (ii) os ativos da concessão;

c) Teste de redução ao valor recuperável de ágio Análise de perda ao valor recuperável nas unidades geradoras de caixa (“UGC”)

Os valores contábeis combinados do ágio alocado a cada unidade geradora de caixa são os seguintes:

	31/12/2020	31/12/2019
Unidade geradora de caixa Moove	882.373	801.688
Unidade geradora de caixa Compass	94.891	—
Unidade geradora de caixa Cosan outros negócios	43	43
Total do ágio	977.307	801.731

As principais premissas utilizadas consideram, principalmente, a expectativa de crescimento das operações com base no Produto Interno Bruto segmentado por país, bem como os níveis de crescimento médio experimentado nos últimos anos e outros aspectos macroeconômicos, bem como a expectativa de preço de venda das ações, utilizando taxas de desconto que refletem riscos específicos relacionados aos negócios, conforme tabela acima.

Todos esses fluxos de caixa futuros foram descontados a uma taxa de 8,75% (custo médio ponderado de capital) e uma taxa de crescimento de 3,3% a partir de 2030, refletindo riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em sua unidade geradora de caixa.

Em 31 de dezembro de 2020, nenhuma despesa por redução ao valor recuperável de ativos e ágio foi reconhecida. A determinação da recuperabilidade dos ativos depende de certas premissas-chave, conforme descrito acima, que são influenciadas pelas condições de mercado, tecnológicas e econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, portanto, não é possível determinar se novas reduções perdas de recuperação ocorrerão no futuro e, se ocorrerem, se elas seriam materiais.

10.3 Ativo de contrato

Política contábil

Ativos do contrato são mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando os ativos entram em operação, os valores depreciables no contrato de concessão são transferidos para ativos intangíveis. A Comgás reavalia a vida útil, sempre que essa avaliação indicar que o período de amortização excederá o prazo do contrato de concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro, pois representa um contas a receber do poder concedente. Essa classificação está de acordo com o IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

	Comgás	Moove	Total
Valor de custo:			
Saldo em 31 de dezembro de 2019	594.601	5.940	600.541
Adições	885.631	571	886.202
Transferência para intangível ⁽ⁱ⁾	(793.542)	2.737	(790.805)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	686.690	9.248	695.938

(i) O montante das transferências contempla, também, uma parcela do ativo intangível que foi reclassificada para ativo financeiro de acordo com os preceitos do IFRIC 12.

11 Compromissos

Compromissos com contratos de fornecimento

Considerando os atuais contratos de fornecimento de gás, a subsidiária Comgás possui um compromisso financeiro total em um valor presente estimado de R\$ 8.621.515 cujo valor inclui o mínimo estabelecido em contrato tanto em *commodities* quanto em transporte, com prazo até dezembro de 2023.

12 Ativo e passivo financeiro setorial

Política contábil

Os ativos e passivos financeiros setoriais têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da subsidiária Comgás, em função da diferença entre o custo de gás e alíquotas de tributos contidas nas portarias emitidas pela ARSESP, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Estas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pelas ARSESP no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia.

Conforme disposto na Deliberação nº 1010, eventuais saldos nas contas gráficas existentes ao final da concessão serão indenizados a subsidiária Comgás ou devolvidos aos usuários no período de 12 meses antes do encerramento do período da concessão. O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ARSESP já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ARSESP no próximo reajuste tarifário.

Ainda, tal Deliberação versou sobre o saldo contido na conta corrente de tributos, a qual acumulava valores relativos a créditos tributários aproveitados pela subsidiária Comgás mas, que essencialmente, fazem parte da composição tarifária e devem ser, posteriormente, repassados via tarifa.

Com o advento da referida Deliberação, a subsidiária Comgás entende não haver mais incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, reconheceu contabilmente a partir de 10 de junho de 2020 os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a subsidiária Comgás registrou o saldo de passivo financeiro setorial líquido de (R\$324.162), sendo (R\$364.565) em contrapartida à receita operacional líquida e custo dos produtos vendidos, R\$13.458 em contrapartida ao resultado financeiro e R\$ 26.945 em contrapartida a outras receitas operacionais.

A movimentação do ativo (passivo) financeiro setorial líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi a seguinte:

	Ativo setorial	Passivo setorial	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020	-	-	-
Custo de gás ⁽ⁱ⁾	201.346	-	201.346
Créditos de tributos ⁽ⁱⁱ⁾	-	(565.911)	(565.911)
Atualização ⁽ⁱⁱⁱ⁾	13.458	-	13.458
Receitas não operacionais ^(iv)	26.945	-	26.945
Saldo em 31 de dezembro de 2020	241.749	(565.911)	(324.162)
Circulante	241.749	(91.912)	149.837
Não circulante	-	(473.999)	(473.999)
	241.749	(565.911)	(324.162)

- (i) Refere-se ao custo do gás adquirido superior àquele contido nas tarifas, 100% classificados no ativo circulante, uma vez que a deliberação da ARSESP prevê recuperação tarifária em bases trimestrais.
- (ii) Créditos, majoritariamente, da exclusão do ICMS na base do PIS e da COFINS que serão devolvidos aos consumidores quando do trânsito em julgado da ação, e que deverão ser objetos de discussão junto à ARSESP a respeito dos mecanismos e critérios de ressarcimento conforme descrito na nota 13.1.
- (iii) Atualização monetária sobre a conta corrente de gás.
- (iv) Ressarcimento das despesas com perdas regulatórias conforme Deliberação ARSESP 977 de 08 de abril de 2020.

13 Outros tributos a pagar

Política contábil:

A Companhia está sujeita a impostos, contribuições e taxas municipais, estaduais e federais, nas suas respectivas jurisdições.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Parcelamento de débitos tributários - REFIS	193.352	195.600	199.587	202.418
ICMS	—	—	182.227	158.112
COFINS	44.428	63.027	62.801	80.645
PIS	12.581	15.038	16.264	18.580
Encargos previdenciários	15.085	9.262	19.026	9.707
IRRF	—	—	5.915	4.938
ISS	—	—	1.108	578
IOF	220	865	618	1.116
Outros	935	648	26.425	23.291
	266.601	284.440	513.971	499.385
Circulante	125.368	143.091	367.076	351.895
Não circulante	141.233	141.349	146.895	147.490
	266.601	284.440	513.971	499.385

Os valores devidos no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
de 13 a 24 meses	4.440	4.847	5.131	3.518
de 25 a 36 meses	2.452	2.565	3.143	2.637
de 37 a 48 meses	787	2.389	1.478	2.638
de 49 a 60 meses	—	772	691	2.471
de 61 a 72 meses	133.554	130.776	134.151	136.226
de 73 a 84 meses	—	—	691	—
de 85 a 96 meses	—	—	691	—
Acima de 96 meses	—	—	919	—
	141.233	141.349	146.895	147.490

14 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido.

a) Imposto corrente

É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

b) Imposto diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

c) Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

d) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	674.465	2.548.401	1.166.665	3.201.076
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(229.318)	(866.456)	(396.666)	(1.088.366)
<i>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</i>				
Equivalência patrimonial	430.613	749.599	203.491	377.659
Resultado de empresas no exterior	—	—	(16.020)	5.579
Transações com pagamento baseado em ações	9.511	20.747	9.511	20.747
Juros sobre capital próprio	(9.285)	(55.572)	(24.773)	(26.766)
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	—	—	(3.687)	(16.142)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	—	—	(9.591)	(13.112)
Outros	(24.128)	17.665	(20.116)	11.579
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	177.393	(134.017)	(257.851)	(728.822)
Taxa efetiva - %	(26,30%)	5,26%	22,10%	22,77%

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Créditos ativos de:				
Prejuízos fiscais de IRPJ	508.453	183.293	721.115	350.584
Base negativa de contribuição social	183.576	66.897	250.209	124.231
Diferenças temporárias				
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	1.312.239	838.825	1.367.496	853.279
Provisão para demandas judiciais	64.407	61.877	91.535	104.602
Obrigação de benefício pós-emprego	—	—	200.461	214.496
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas	—	—	16.664	12.321
Conta corrente regulatória	—	—	—	53.875
Provisão para não realização de impostos	6.985	6.985	38.684	38.633
Transações com pagamento baseado em ações	—	—	4.857	1.754
Provisões de participações no resultado	2.773	4.223	32.022	24.442
Juros sobre obrigações com acionistas preferencialistas em subsidiária	167.412	89.931	167.412	89.931
Revisão de vida útil	—	—	(230.098)	(257.436)
Provisões diversas	202.120	195.087	270.198	266.660
Outros	—	(3.189)	8.076	(2.141)
Total	2.447.965	1.443.929	2.938.631	1.875.231
(-) Créditos sem expectativa de realização	—	—	(21.133)	(8.817)
Créditos passivos de:				
Diferenças temporárias				
Combinação de negócios - Imobilizado	—	—	(37.547)	(21.627)
Ágio fiscal amortizado	(21.823)	(21.823)	(365.949)	(365.411)
Arrendamento mercantil	—	—	(3.245)	243
Resultado não realizado com derivativos	(790.888)	(446.024)	(836.629)	(533.671)
Efeitos na formação das controladas em conjunto	(1.135.036)	(1.135.036)	(1.135.036)	(1.135.036)
Combinação de negócios - Intangível	—	—	(1.054.417)	(1.089.907)
Provisão para realização - Ágio registrado no PL ⁽ⁱ⁾	(449.153)	—	(449.153)	—
Outros	2.967	—	322.861	153.173
Total	(2.393.933)	(1.602.883)	(3.559.115)	(2.992.236)
Total de tributos diferidos registrados	54.032	(158.954)	(641.617)	(1.125.822)
Diferido ativo	54.032	—	629.591	432.920
Diferido passivo	—	(158.954)	(1.271.208)	(1.558.742)

- (i) Em janeiro de 2020 a Companhia contribuiu ao capital da subsidiária Compass Gás e Energia o investimento que detinha na subsidiária Comgás. Em decorrência houve a realização, apenas para fins fiscais, dos custos registrados no patrimônio líquido, derivados dos ágios pagos nas aquisições de ações da Comgás ocorridas ao longo do ano de 2019, totalizando R\$ 1.321.000 de perda de capital. Associado a esse montante, houve a constituição de IR diferido ativo de prejuízo fiscal de R\$ 449.000. E, em contrapartida, foi constituído imposto de renda diferido passivo, anulando o efeito de resultado na contabilidade, a ser revertido quando da futura baixa contábil dos referidos ágios.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta a seguinte expectativa de realização de tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias:

	Consolidado
Dentro de 1 ano	30.076
1 a 2 anos	30.076
2 a 3 anos	26.908
3 a 4 anos	26.908
4 a 5 anos	26.908
5 a 8 anos	434.897
8 a 10 anos	53.818
Total	629.591

c) Movimentações no imposto diferido ativos e passivos

	Controladora				
	Prejuízo fiscal e base negativa	Benefícios a empregados	Provisões	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	257.212	5.508	102.833	931.704	1.297.257
(Cobrado) / creditado do resultado do exercício	(7.022)	(1.285)	50.851	(78.105)	(35.561)
Outros resultados abrangentes	—	—	110.265	10.388	120.653
Diferenças cambiais	—	—	—	61.580	61.580
Saldo em 31 de dezembro de 2019	250.190	4.223	263.949	925.567	1.443.929
(Cobrado) / creditado do resultado do exercício	440.791	(1.450)	(24.943)	80.670	495.068
Outros resultados abrangentes	1.048	—	34.506	—	35.554
Diferenças cambiais	—	—	—	473.414	473.414
Saldo em 31 de dezembro de 2020	692.029	2.773	273.512	1.479.651	2.447.965

	Consolidado						
	Prejuízo fiscal e base negativa	Benefícios a empregados	Provisões	Obrigações de benefícios pós emprego	Imobilizado	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	550.453	13.987	339.783	175.178	(284.775)	1.019.437	1.814.063
(Cobrado) / creditado do resultado do exercício	(75.638)	12.209	82.433	3.809	27.339	(66.217)	(16.065)
Outros resultados abrangentes	—	—	—	35.509	—	(22.335)	13.174
Diferenças cambiais	—	—	—	—	—	64.059	64.059
Saldo em 31 de dezembro de 2019	474.815	26.196	422.216	214.496	(257.436)	994.944	1.875.231
(Cobrado) / creditado do resultado do exercício	495.461	10.683	(39.640)	14.958	27.338	(6.108)	502.692
Outros resultados abrangentes	1.048	—	34.505	(28.993)	—	39.931	46.491
Diferenças cambiais	—	—	—	—	—	514.217	514.217
Saldo em 31 de dezembro de 2020	971.324	36.879	417.081	200.461	(230.098)	1.542.984	2.938.631

	Controladora			
	Efeitos na formação das controladas em conjunto	Resultado não realizado com derivativos	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(1.135.036)	(327.080)	(21.823)	(1.483.939)
(Cobrado) / creditado do resultado do exercício	—	(118.944)	—	(118.944)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.135.036)	(446.024)	(21.823)	(1.602.883)
(Cobrado) / creditado do resultado do exercício	—	(344.864)	(446.186)	(791.050)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(1.135.036)	(790.888)	(468.009)	(2.393.933)

	Consolidado						
	Efeitos na formação das controladas em conjunto	Intangível	Resultado não realizado com derivativos	Arrendamentos	Créditos não realizados	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(1.135.036)	(1.146.823)	(441.901)	(14)	(27.492)	(308.678)	(3.059.944)
(Cobrado) / creditado do resultado do exercício	—	56.916	(91.770)	257	(8.817)	74.813	31.399
Operação descontinuada	—	—	—	—	27.492	—	27.492
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.135.036)	(1.089.907)	(533.671)	243	(8.817)	(233.865)	(3.001.053)
(Cobrado) / creditado do resultado do exercício	—	35.490	(303.222)	(3.488)	(12.316)	(295.392)	(578.928)
Outros resultados abrangentes	—	—	264	—	—	—	264
Combinação de negócios ⁽ⁱ⁾	—	—	—	—	—	(531)	(531)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(1.135.036)	(1.054.417)	(836.629)	(3.245)	(21.133)	(529.788)	(3.580.248)

(i) Para maiores detalhes, veja nota 8.2

A Companhia espera realizar todo o imposto diferido sobre prejuízos fiscais e contribuição social.

15 Provisão para demandas judiciais

Política contábil:

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

A Companhia possui passivos contingentes em 31 de dezembro de 2020 e 2019 em relação a:

Provisão para demandas judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Tributárias	155.610	163.793	555.958	510.174
Cíveis, ambientais e regulatórias	75.001	56.001	200.597	195.446
Trabalhistas	78.208	81.584	131.239	167.608
	308.819	301.378	887.794	873.228

Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Tributárias	296.223	297.578	414.413	437.727
Cíveis, ambientais e regulatórias	50.027	17.160	81.420	42.901
Trabalhistas	34.477	34.678	48.393	46.602
	380.727	349.416	544.226	527.230

Movimentação das provisões para processos judiciais:

Controladora				
	Tributárias	Cíveis, ambientais e regulatórias	Trabalhistas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	126.088	86.289	93.984	306.361
Provisionado no exercício	26.469	7.188	15.906	49.563
Baixas por reversão / pagamento	(12.274)	(42.702)	(24.888)	(79.864)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	23.510	5.226	(3.418)	25.318
Saldo em 31 de dezembro de 2019	163.793	56.001	81.584	301.378
Provisionado no exercício	1.826	24.886	12.653	39.365
Baixas por reversão / pagamento	(8.974)	(11.749)	(16.930)	(37.653)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	(1.035)	5.863	901	5.729
Saldo em 31 de dezembro de 2020	155.610	75.001	78.208	308.819

Consolidado				
	Tributárias	Cíveis, ambientais e regulatórias	Trabalhistas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	457.361	216.990	174.165	848.516
Provisionado no exercício	26.831	10.327	27.291	64.449
Baixas por reversão / pagamento	(13.841)	(46.980)	(35.353)	(96.174)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	39.823	15.109	1.505	56.437
Saldo em 31 de dezembro de 2019	510.174	195.446	167.608	873.228
Provisionado no exercício	23.941	31.345	18.539	73.825
Baixas por reversão / pagamento	(10.044)	(40.171)	(40.144)	(90.359)
Efeito de conversão	—	—	109	109
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	31.887	13.977	(14.873)	30.991
Saldo em 31 de dezembro de 2020	555.958	200.597	131.239	887.794

(i) Inclui baixa de juros por reversão.

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

A Companhia possui ações indenizatórias adicionais às mencionadas, as quais por serem consideradas prováveis não foram registradas por representarem ativos contingentes.

a) Perdas prováveis

Tributárias: Os principais processos tributários para os quais o risco de perda é provável são descritos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Compensação com FINSOCIAL ⁽ⁱ⁾	—	—	296.445	293.291
INSS ⁽ⁱⁱ⁾	63.109	61.560	73.835	72.803
Crédito de ICMS ⁽ⁱⁱⁱ⁾	28.440	38.004	42.272	46.613
PIS e COFINS	254	357	254	866
IPI ^(iv)	53.707	53.693	53.697	53.693
IRPJ e CSLL	900	68	9.508	1.707
Outros	9.200	10.111	79.947	41.201
	155.610	163.793	555.958	510.174

- (i) A subsidiária CLE efetuou a compensação de FINSOCIAL com vários outros tributos federais de outubro de 2003 até novembro de 2006, com base em decisão judicial transitada em julgado em setembro de 2003, no âmbito de uma ação em que era discutida a constitucionalidade do FINSOCIAL. A compensação desses tributos permanece em discussão na esfera administrativa. Não existem depósitos judiciais relacionados a esse processo.
- (ii) O montante provisionado a título de INSS, dentre outros casos, é representado, essencialmente, por valores relativos às contribuições previdenciárias incidentes sobre o faturamento, nos termos do art. 22-A da Lei 8.212/91, cuja constitucionalidade está sendo questionada em juízo. Depósitos judiciais são realizados mensalmente.
- (iii) O valor provisionado refere-se especialmente a autos de infração relativos às diversas espécies de créditos de ICMS. Dentre eles: (a) autos de infração relacionados a créditos de ICMS oriundos de materiais utilizados no processo produtivo, mas que, no entendimento fazendário, tais materiais seriam classificados como “uso e consumo”, não gerando direito ao crédito. (b) Atuação, na qualidade de devedor solidário, por suposto descumprimento de obrigações acessórias e falta de recolhimento de ICMS exigido em decorrência de operação de industrialização por encomenda, dentro de uma parceria agrícola, oriunda de contratos firmados entre as Usinas do Grupo (industrializador) e a empresa Central Paulista Açúcar e Alcool Ltda. (encomendante) e (c) autos de infração relacionados ao aproveitamento de créditos de ICMS quando a base de cálculo presumida no regime de substituição tributária para frente for maior que a efetivamente realizada.

(iv) Processos de IPI Seletividade, relativos ao período de novembro de 1992 a dezembro de 1995, julgado pelo Supremo Tribunal Federal (“STF”) pela sistemática da Repercussão Geral (RE nº 592.145, tema 080), com cenário desfavorável para a Companhia.

- **Processos cíveis, regulatórios, ambientais e outros:** a Companhia e suas subsidiárias são partes em uma série de ações judiciais cíveis relacionadas à (i) indenização por danos materiais e morais; (ii) rescisão de diferentes tipos de contratos (iii) ações civis públicas relacionadas à queima de palha de cana-de-açúcar; (iv) cumprimentos de termos de ajustamento de conduta, dentre outras questões.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia obtinha R\$ 50.027 em depósitos judiciais para processos civis e ambientais, e esse valor era de R\$ 42.900 em 31 de dezembro de 2019. A Companhia e suas subsidiárias também são partes em processos relacionados a outros assuntos pulverizados.

- **Processos trabalhistas:** a Companhia e suas subsidiárias também integram o pólo passivo de ações trabalhistas movidas por ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados pleiteando, entre outras questões, o pagamento de: horas extras e reflexos; adicional noturno, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade; eventual descumprimento de normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho; alegando supostas condições inadequadas de trabalho; reintegração no emprego; indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e outros fundamentos; devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros; reconhecimento de jornada de turno ininterrupto; sobreaviso; danos morais coletivos; diferenças salariais; responsabilidade subsidiária em relação aos prestadores de serviço; e outros. Além disso, a Companhia também tem ações civis públicas movidas pelo Ministério Público do Trabalho com alegação de suposto descumprimento de normas trabalhistas, incluindo regras de trabalho e segurança, condições de trabalho e ambiente de trabalho; Existem Termos de Ajustamento de Conduta assinados com as autoridades brasileiras.

b) Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Tributários	4.525.112	4.514.769	9.761.688	8.730.917
Cíveis, ambientais e regulatórias	936.634	904.466	1.710.495	1.630.315
Trabalhistas	39.522	49.117	77.130	93.248
	5.501.268	5.468.352	11.549.313	10.454.480

Tributário:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ/CSLL ⁽ⁱ⁾	632.758	701.604	3.834.562	3.145.001
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias ⁽ⁱⁱ⁾	1.401.922	1.544.071	1.922.374	2.029.277
PIS e COFINS ⁽ⁱⁱⁱ⁾	1.270.095	1.370.789	1.314.144	1.374.474
IRRF ^(iv)	1.331	1.335	1.093.718	899.579
IPI - Imposto sobre produtos industrializados ^(v)	314.312	313.351	455.121	451.781
INSS ^(vi)	155.143	165.951	210.357	220.091
MP 470 parcelamento de débitos	241.224	189.882	241.224	189.882
Compensações com crédito de IPI - IN 67/98 ^(vii)	137.976	136.871	137.976	136.871
Outros	370.351	90.915	552.212	283.961
	4.525.112	4.514.769	9.761.688	8.730.917

- (i) A Companhia e suas subsidiárias possuem (a) autos de infração e ações judiciais relativos à glosa de deduções da amortização de despesa de ágio; (b) A subsidiária Comgás teve ciência da não homologação de compensações de débitos tributários realizadas em 2015 e 2016, utilizando créditos decorrentes de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Após discussão administrativa, algumas das declarações já foram definitivamente homologadas pela Receita Federal; (c) autos de infração de multa isolada de 50%, decorrentes de não homologação de compensações realizadas por meio de PER/DCOMP; e (d) Questionamentos das limitações incluídas no artigo 74, IX, da Lei 9.430/96, pelo artigo 6º da Lei nº 13.670/2018, que restringiu o direito das empresas em proceder com a quitação das antecipações mensais de IRPJ e CSLL calculadas por estimativa, por meio de compensação.

- (ii) As demandas judiciais relacionadas ao ICMS envolvem, essencialmente: (a) A parte relativa à multa exigida nos autos de infração lavrados por suposta ausência de recolhimento de ICMS e descumprimento de obrigações acessórias, em operação de parceria agrícola e de industrialização por encomenda; (b) ICMS incidente nas saídas de açúcar cristalizado destinado à exportação, beneficiados pela Imunidade Tributária que, no entendimento fazendário, tal produto enquadrar-se-ia como mercadoria semi-elaborada; (c) autos de infração relativos à cobrança de diferencial de alíquota de ICMS decorrente de vendas e /ou de aquisições de mercadorias que, após as operações, tiveram suas inscrições estaduais cassadas; (d) exigência de ICMS decorrente de glosas de créditos de óleo diesel utilizado no processo produtivo agroindustrial; (e) exigência de ICMS decorrente de supostas diferenças de estoque; (f) exigência de ICMS decorrente de substituição tributária e guerra fiscal; (g) recolhimento do FEEF - Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal e do FOT – Fundo Orçamentário Temporário – editado por meio da Lei Estadual nº 8.645/2019, que revogou a Lei do FEEF - (depósito de 10% do montante do ICMS desonerado pela utilização dos benefícios fiscais) sobre as operações de industrialização e comercialização de óleo lubrificante, tendo em vista que o diferimento do ICMS na importação de óleo básico (art. 39 do Livro I do RICMS/RJ), seguido da a imunidade constitucional prevista art. 155, § 2º, X, “b” da CF/88 não pode ser considerada como benefício fiscal nos termos da Lei nº 7.248/2016, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 45.810/2016. Depósitos judiciais realizados mensalmente; (h) exigência de ICMS complementar, na condição de substituta tributária, referente aos valores recebidos à título de (i) concessão territorial, (ii) prestação de serviços de administração e otimização da logística de entrega ao cliente e (iii) reembolso de despesas com procedimentos de logística.
- (iii) As demandas judiciais possíveis relacionadas ao PIS e COFINS estão relacionadas, substancialmente, às glosas de créditos de PIS e COFINS pelo sistema não cumulativo, previsto nas Leis 10.637/2002 e 10.833/2003.

- (iv) A subsidiária CLE discute judicialmente a cobrança de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte, na qualidade de responsável tributário, em virtude de um pretense ganho de capital decorrente de aquisição de ativos de empresas localizadas no exterior.
- (v) As demandas judiciais relacionadas ao IPI envolvem, essencialmente: (a) Exigência fiscal sobre vendas de açúcar sujeitas à alíquota zero, em razão de possuírem grau de polarização superior a 99,5º ou sem incidência de IPI, nos termos da Instrução Normativa nº 67/98 e (b) na subsidiária CLE exigência fiscal, na saída de graxa lubrificante, de produto imune ao recolhimento de IPI, por ser derivado de petróleo.
- (vi) As demandas judiciais relacionadas ao INSS envolvem, essencialmente: (a) Restrições impostas pela IN MPS/SRP nº 03/2005 a imunidade constitucional das contribuições previdenciárias sobre as receitas decorrentes de exportação, passando a tributar as exportações feitas por meio de empresas comerciais exportadoras ou *trading companies*; (b) Exigência de contribuição a título do SENAR em operações de exportação direta e indireta, que deveriam ser imunes e (c) Exigência de contribuição previdenciária incidente sobre aquisição de ações através de planos de pagamento baseado em ações, apesar do nítido caráter mercantil.

A Receita Federal indeferiu parcialmente os pedidos de parcelamento de débitos tributários federais efetuados pela Companhia nos termos da MP 470/2009, sob o infundado argumento de que o prejuízo fiscal oferecido não seria suficiente para quitação dos respectivos débitos. A discussão desse tema foi levada para o judiciário.

- (vii) A Instrução Normativa SRF nº 67/98 trouxe a possibilidade da restituição dos valores de IPI recolhidos no período de 14 de janeiro de 1992 a 16 de novembro de 1997, sobre o açúcar refinado do tipo amorfo. Diante disso, a Companhia, para os períodos que havia efetuado o recolhimento, pleiteou a compensação desses valores com outros tributos devidos.
- (viii) A redução nos montantes de IPI, classificados como de perda possível, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, é relacionada à decisão de provisão dos processos no mesmo período, conforme descrito acima na seção “a) – Perdas prováveis – Tributário”.

Adicionalmente, não foram identificados efeitos do *IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro* que possam afetar as políticas contábeis da Companhia e suas subsidiárias e essas demonstrações financeiras.

c) Ativos contingentes

- i. Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 e, sob a sistemática da repercussão geral, fixou a tese de que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) não compõe a base de cálculo do Programa de Integração Social (“PIS”) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), uma vez que este valor não constitui receita/faturamento da empresa. Ou seja, os contribuintes têm o direito de excluir o valor relativo ao ICMS destacado na nota fiscal da base de cálculo do PIS e COFINS. Em 2018, a subsidiária Comgás reconheceu os créditos referentes aos períodos posteriores a março de 2017, com base na decisão proferida naquela data pelo STF. Adicionalmente, os valores reconhecidos, relativos a períodos anteriores, para as empresas do grupo com decisões finais favoráveis sobre a referida matéria, ou seja, com trânsito em julgado, foram apurados a partir dos sistemas contábeis e fiscais, considerando o montante de ICMS destacado nas notas fiscais. A acuracidade dos valores foi testada mediante cruzamento das informações com as obrigações acessórias pertinentes.

Em 2020, a Companhia reconheceu R\$72.000 como outros impostos a recuperar, com contrapartida de R\$28.141 como outras receitas (nota 20) e R\$43.859 como receita financeira (nota 21).

Na subsidiária Comgás ainda existe o montante aproximado de R\$932.000, decorrente de período anterior à decisão do STF e sem julgamento final, o qual permanece como ativo contingente.

- ii. Em 06 de dezembro de 2019, a ARSESP publicou a Deliberação nº 933, para fins de compensação não tarifária à Concessionária, o valor de R\$ 697.233 em moeda de abril de 2018, antes de atualizações monetárias, resultado da 3ª Revisão Tarifária Ordinária, a ser aplicado na forma que vier a ser definida pelo Poder Concedente até 31 de maio de 2020.

Em 27 de maio de 2020, em continuidade à Deliberação nº 933, a ARSESP aprovou, por meio da Deliberação nº 995, o montante de R\$683.358 mais atualização monetária desde abril de 2018, como resultado da Terceira Revisão Tarifária Ordinária, a ser aplicada ao valor dos ativos devolvidos pela Comgás, no término da concessão, ou a qualquer valor a pagar pela subsidiária Comgás, se a concessão for renovada ou em conexão com qualquer renovação do contrato de concessão. O valor indicado na deliberação não foi reconhecido nestas demonstrações financeiras por não atender os critérios contábeis. Com a publicação da referida Deliberação, não há mais discussões de natureza tarifária relativas a períodos anteriores com a Agência Reguladora.

- iii. A subsidiária Comgás possui uma ação indenizatória em razão de desequilíbrio econômico e financeiro do Contrato de Concessão, no que concerne às revisões tarifárias. O direito a recomposição é resultado de equivocados critérios quanto à revisão tarifária. O valor atualizado da ação é de R\$658.096 a título de reequilíbrio econômico-financeiro da Comgás.

16 Patrimônio líquido

a) Capital social

Política contábil:

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias são reconhecidos como dedução ao capital próprio. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na Nota 14 - Imposto de renda e contribuição social.

O capital subscrito é de R\$ 5.727.478 em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 5.045.214 em 31 de dezembro de 2019, inteiramente integralizado, é representado por 394.210.000 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal. Conforme estatuto, o capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de R\$ 7.000.000.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é composto pelo seguinte:

Composição acionária	Quantidade	%
Cosan Limited	255.272.586	64,76%
Outros acionistas controladores	4.028	0,00%
Administradores	104.075	0,03%
Free Float	127.080.273	32,23%
Total de ações	382.460.962	97,02%
Ações em Tesouraria	11.749.038	2,98%
Total	394.210.000	100,00%

Em 29 de julho de 2020, foi deliberado aumento de capital social, através da capitalização de parte de saldo existente em reservas, no total de R\$ 682.264.

b) Ações em tesouraria

Em 16 de março de 2020, a Companhia aprovou o programa de recompra de ações ordinárias, no máximo de 10.000.000 ações, representando 2,54% do total de ações disponíveis no mercado, com o prazo limite até 15 de setembro de 2021, com objetivo de manutenção em tesouraria, cancelamento ou alienação. Em 30 de junho de 2020, houve recompra de 6.291.200 ações ordinárias no valor de R\$ 318.828, com custo unitário máximo de R\$ 61,24, custo unitário mínimo de R\$ 47,37 e custo unitário médio de R\$ 52,01. Em 31 de outubro de 2020, houve recompra de 2.419.600 ações ordinárias no valor de R\$ 166.214, com custo unitário máximo de R\$ 49,69, custo unitário mínimo de R\$ 45,76 e custo unitário médio de R\$ 47,65. Essas ações recompradas em 30 de junho e 31 de outubro representam respectivamente 2,21% das ações ordinárias emitidas e em circulação.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 11.749.038 ações em tesouraria (3.355.789 ações em 31 de dezembro de 2019), cujo preço de mercado era de R\$ 68,33. Adicionalmente, foram entregues 317.551 ações para os membros dos planos de remuneração baseada em ações.

c) Reserva estatutária – reserva especial

Política contábil:

Tem por finalidade reforçar o capital de giro, financiar a manutenção, expansão e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia.

d) Reserva Legal

Política contábil:

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404.

e) Dividendos

Política contábil:

O estatuto da Companhia, ao final do exercício é destinado o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme a legislação societária.

Os dividendos, a destinação do lucro líquido do exercício e excesso das reservas de lucro, conforme determinado no art. 199 da Lei das Sociedades Anônima serão objetos de deliberações na próxima Assembleia Geral Ordinária.

	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	851.858
Constituição da reserva legal – 5%	(42.593)
Base de cálculo para distribuição de	809.265
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	(202.316)
Dividendos excedentes	—
Reserva estatutária	606.949
Movimentação dos dividendos a pagar	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	422.726
Dividendos interinos exercício corrente	(20.751)
Dividendos do exercício	576.034
Dividendos pagos	(389.256)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	588.753
Dividendos do exercício	202.316
Dividendos pagos	(574.140)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	216.929

f) Outros resultados abrangentes

	31/12/2019	Resultado abrangente	31/12/2020
Resultado de hedge de fluxo de caixa	(234.575)	(526.628)	(761.203)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	50.184	732.715	782.899
Perdas atuariais de plano de benefícios definido	(306.733)	(56.642)	(363.375)
Imposto diferido sobre perdas atuariais de plano de benefícios definido	104.289	19.258	123.547
Ganho na mensuração de instrumento financeiro derivativo	(45.631)	—	(45.631)
Variação do valor justo de ativo financeiro líquido de imposto	25.979	277	26.256
Total	(406.487)	168.980	(237.507)

Atribuível aos:

Acionistas controladores	(349.501)	96.891	(252.610)
Acionistas não controladores	(56.986)	72.089	15.103

	31/12/2018	Resultado abrangente	31/12/2019
Resultado de hedge de fluxo de caixa	22.207	(256.782)	(234.575)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	(34.921)	85.105	50.184
Perdas atuariais de plano de benefícios definido	(183.702)	(123.031)	(306.733)
Imposto diferido sobre perdas atuariais de plano de benefícios definido	62.459	41.830	104.289
Ganho na mensuração de instrumento financeiro derivativo	(45.631)	—	(45.631)
Variação do valor justo de ativo financeiro líquido de imposto	25.787	192	25.979
Total	(153.801)	(252.686)	(406.487)

Atribuível aos:

Acionistas controladores	(95.994)	(253.507)	(349.501)
Acionistas não controladores	(57.807)	821	(56.986)

17 Lucro por ação

Política contábil:

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria, se aplicável.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

As subsidiárias da Companhia têm duas categorias de possíveis efeitos diluidores: opções de ações e opções de venda. Para as opções de ações, é feito um cálculo para determinar o efeito da diluição no lucro atribuível aos acionistas da controladora em razão do exercício das opções de ações nas subsidiárias. Para a opção de venda, presume-se que tenha sido convertida em ações ordinárias, e o lucro atribuível aos acionistas da controladora é ajustado.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação (em milhares de reais, exceto os valores por ação):

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado líquido atribuível à detentores de ações ordinárias - básico	851.858	2.425.405
Resultado líquido atribuível à detentores de ações ordinárias - Operações continuadas - básico	851.858	2.414.384
Efeito da diluição:		
Efeito de diluição do plano de opções de ações da subsidiária	(5.611)	(2.720)
Resultado atribuível a detentores de ações ordinárias ajustado pelo efeito da diluição	846.247	2.422.685
Resultado atribuível a detentores de ações ordinárias ajustado pelo efeito da diluição - Operações continuadas	846.247	2.411.664
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação - básico (em milhares de ações)	385.586	394.155
Efeito da diluição:		
Efeito de diluição do plano de opções de ações	1.062	933
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação - diluído (em milhares de ações)	386.648	395.088
Resultado por ação		
Resultado por ação - básico (em R\$)	2,2093	6,1534
Resultado por ação - diluído (em R\$)	2,1887	6,1320
Resultado por ação - Operações continuadas		
Resultado por ação - básico (em R\$)	2,2093	6,1255
Resultado por ação - diluído (em R\$)	2,1887	6,1041

18 Receita operacional líquida

Política contábil:

A Companhia reconhece receitas das seguintes fontes principais:

i. Venda de produtos

A Companhia reconhece as receitas de vendas na entrega ao cliente. A entrega é considerada como sendo o momento em que o cliente aceita as mercadorias e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de maneira confiável, o recebimento da contraprestação é provável e não há envolvimento contínuo da administração com os produtos.

A Companhia atua na produção e distribuição de lubrificantes, incluindo as marcas Mobil e Comma, bem como na produção e distribuição de pellets de biomassa. Os produtos são vendidos em contratos identificados com clientes individuais e em conjuntos, como um pacote de bens ou serviços.

Alguns contratos de vendas de lubrificantes não podem ser adquiridos separadamente de um pacote de serviços. No entanto, os bens e serviços são claramente distintos nos contratos. Essa modalidade de vendas representa duas obrigações de desempenho separadas e, portanto, a receita será reconhecida para cada uma dessas obrigações de desempenho quando o controle dos respectivos bens e serviços for transferido para o cliente. O preço da transação é alocado a diferentes obrigações de desempenho com base no preço de venda independente, no qual as receitas são identificadas, mensuradas e registradas separadamente.

ii. Receita faturada

A Companhia presta serviços de distribuição de gás através da subsidiária Comgás. O valor justo e os preços de venda de serviços individuais são amplamente semelhantes.

A receita de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida no resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes baseado nas medições mensais realizadas.

iii. Receita não faturada

Receita de gás não faturada refere-se à porção de gás fornecida para a qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês.

O volume real faturado pode ser diferente das estimativas. A Companhia acredita que, com base em sua experiência histórica com operações similares, o valor estimado não faturado não diferirá significativamente dos valores reais.

iv. Receita de construção em concessão

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço de construção prestado ao Poder Concedente, e a receita relacionada é reconhecida no resultado na fase de finalização da obra.

Os custos de construção são reconhecidos por referência ao estágio de conclusão da atividade de construção no final do período de relatório, e são incluídos no custo das vendas.

v. Serviços prestados

As receitas de serviços são reconhecidas quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a subsidiária, quando o estágio de conclusão da transação no final do período puder ser determinado e mensurado de forma confiável, bem como quando seu montante e os custos relacionados podem ser mensurados com segurança.

vi. Comercialização de energia

A Companhia reconhece a receita com suprimento e fornecimento de energia elétrica pelo valor justo da contraprestação, por meio da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais. Os clientes obtêm controle da energia elétrica a partir do momento em que a consomem. As faturas são emitidas mensalmente e são pagas, usualmente, em 30 dias a partir de sua emissão.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

A receita é reconhecida com base na energia vendida e com preços especificados nos termos dos contratos de suprimento e fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores.

a) Mercado de curto prazo

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações no mercado de curto prazo ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD).

b) Operações de *trading*

As operações de trading de energia são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem a definição de instrumentos financeiros ao valor justo.

A Companhia reconhece a receita quando da entrega da energia ao cliente pelo valor justo da contraprestação. Adicionalmente, são reconhecidos como receita os ganhos líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado – diferença entre os preços contratados e os de mercado – das operações líquidas contratadas em aberto na data das demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas e as receitas apresentadas na demonstração de resultados do exercício:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta na venda de produtos e serviços	16.727.788	16.266.386
Receita de construção	885.630	813.341
Impostos e deduções sobre vendas	(4.104.631)	(3.519.282)
Receita operacional líquida	13.508.787	13.560.445

Na tabela a seguir, a receita é desagregada por linhas de produtos e serviços e pelo tempo de reconhecimento da receita:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Momento específico no tempo		
Distribuição de gás	7.372.957	8.636.221
Comercialização de energia	775.479	—
Lubrificantes e óleo básico	4.283.704	3.916.504
Outros	59.146	64.663
	12.491.286	12.617.388
Ao longo do tempo		
Receita de construção	885.630	813.341
Outros serviços	131.871	129.792
	1.017.501	943.133
Eliminações	—	(76)
Total das receitas líquidas	13.508.787	13.560.445

19 Custos e despesas por natureza

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação do rendimento por natureza / finalidade é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Matéria-prima e material de uso na prestação de serviços	—	—	(3.137.178)	(3.789.129)
Custo com gás ⁽ⁱ⁾	—	—	(4.620.647)	(4.885.497)
Energia elétrica comprada para revenda	—	—	(927.913)	—
Despesa com transporte	—	—	(147.813)	(170.830)
Depreciação e amortização	(11.411)	(12.107)	(623.084)	(570.301)
Despesas com pessoal	(90.322)	(91.522)	(674.914)	(656.597)
Custo de construção	—	—	(885.630)	(813.341)
Despesas com serviços de terceiros	(32.413)	(30.872)	(310.290)	(312.851)
Despesas comerciais	—	—	(23.387)	(26.168)
Outras despesas	(47.272)	(56.351)	(399.193)	(275.427)
	(181.418)	(190.852)	(11.750.049)	(11.500.141)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	—	—	(9.816.078)	(9.588.006)
Despesas com vendas	—	—	(927.346)	(1.115.813)
Gerais e administrativas	(181.418)	(190.852)	(1.006.625)	(796.322)
	(181.418)	(190.852)	(11.750.049)	(11.500.141)

- (i) Inclui o montante de R\$ 201.346 decorrente do reconhecimento do ativo e passivo setorial nota 12.

20 Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ganho com ações indenizatórias	—	50.284	—	50.284
Obrigações contratuais decorrentes de cessão de direitos creditórios ⁽ⁱ⁾	(68.311)	410.000	(68.311)	410.000
Ressarcimento de perdas do gás no processo ⁽ⁱⁱ⁾	—	—	26.945	—
Créditos fiscais extemporâneos	29.823	101.179	29.823	124.952
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	(96)	4.374	(11.961)	(39.728)
Efeito líquido das demandas judiciais, recuperáveis e parcelamentos tributários	62.756	(29.461)	59.309	(32.088)
Outros	(35.626)	(107.485)	35.969	(84.630)
	(11.454)	428.891	71.774	428.790

- (i) Em 21 de dezembro de 2017, a Companhia celebrou “Contrato de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças”. Em contrapartida a Companhia recebeu R\$1.340.000 (“preço de aquisição”), decorrente de determinadas ações indenizatórias. Além do preço de aquisição, a Companhia fará jus a pagamentos adicionais referentes a esses direitos creditórios, desde que seu resultado seja positivo. O pagamento adicional será apurado pela aplicação de 95% sobre a diferença entre o valor líquido recebido dos direitos creditórios da União pelo cessionário menos o retorno dos cessionários e reconhecido nos resultados somente quando do recebimento.

Em setembro e dezembro de 2019, houve cessão do pagamento adicional citado no parágrafo anterior, mais crédito referente a parcela do controverso da ação do Açucareiro Corona S.A.

Em ambos contratos há cláusulas de obrigações da Companhia para com os compradores, na hipótese de quaisquer descontos, retenções ou compensações que vierem a ser promovidos pela Copersucar, superiores a determinados percentuais, no qual a Companhia indenizará os compradores.

Em 02 de janeiro de 2020, houve recebimento da primeira parcela do segundo precatório e segunda parcela do primeiro precatório, sendo retido pela Copersucar o montante referente a tributos, despesas e demais retenções. A Companhia indenizou os Compradores em R\$132.200 em 11 de fevereiro de 2020, conforme representada na demonstração dos fluxos de caixa, composto por: (i) R\$28.700 tributos e despesas e (ii) R\$103.500 demais retenções. A Copersucar reteve o crédito da ação da Corona para fazer frente aos juros que serão incorridos.

Em relação as demais retenções, foi constituído um contas a receber contra a Copersucar, referente ao ressarcimento das parcelas recebidas dos precatórios, totalizando R\$134.903, composto por: (i) primeira parcela do primeiro precatório R\$31.403 contabilizados em maio de 2019; e (ii) primeira parcela do segundo precatório e segunda parcela do primeiro precatório no montante total de R\$103.500 contabilizados em fevereiro de 2020, no qual houve o recebimento de R\$130.922 em 02 de abril de 2020

Em 31 de março de 2020, a Companhia efetuou provisão de R\$68.311 referente os tributos e despesas das parcelas vincendas que a Companhia terá que indenizar ao Fundo das parcelas remanescentes do primeiro precatório e do segundo precatório.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, houve recebimento da segunda parcela do segundo precatório e terceira parcela do primeiro precatório, sendo retido pela Copersucar o montante referente a tributos, despesas e demais retenções, conforme as cláusulas de obrigações contratuais, a Companhia indenizou os compradores em R\$ 31.857.

- (ii) Ressarcimento das despesas com perdas regulatórias conforme Deliberação ARSESP 977 de 08 de abril de 2020, que foi reconhecido, conforme detalhado na nota 12.

21 Resultado financeiro

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos na remensuração do valor justo de qualquer participação pré-existente em uma aquisição em uma combinação de negócios, ganhos em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado perda e contraprestação contingente, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custo da dívida bruta				
Juros e variação monetária	(3.454)	(86.536)	(772.858)	(736.407)
Variação cambial líquida sobre dívidas	—	—	(1.720.276)	(248.240)
Resultado com derivativos e valor justo	1.606.976	419.577	1.257.297	306.515
Amortização do gasto de captação	(4.412)	(3.187)	(5.916)	(3.980)
Fianças e garantias sobre dívida	—	—	(19.763)	(20.953)
	1.599.110	329.854	(1.261.516)	(703.065)
 Rendimento de aplicação financeira e variação cambial de caixa	 53.049	 43.178	 261.218	 247.688
	53.049	43.178	261.218	247.688
Custo da dívida, líquida	1.652.159	373.032	(1.000.298)	(455.377)
 Outros encargos e variações monetárias				
Juros sobre outros recebíveis	59.181	33.126	173.206	172.773
Atualização de outros ativos financeiros	(208.901)	240.801	(208.901)	240.801
Juros sobre outras obrigações	(16.293)	(49.879)	(38.409)	(50.080)
Arrendamento mercantil	(4.125)	(2.107)	(7.590)	(4.661)
Juros sobre capital próprio	70.862	65.113	(2.526)	(15.119)
Juros sobre contingências e contratos	(30.568)	(43.493)	(131.703)	(135.532)
Despesas bancárias e outros	(25.774)	(28.068)	(19.178)	(57.613)
 Variação cambial e derivativos não-dívida	 (1.895.712)	 (486.358)	 (27.163)	 (93.972)
	(2.051.330)	(270.865)	(262.264)	56.597
Resultado financeiro, líquido	(399.171)	102.167	(1.262.562)	(398.780)
 Reconciliação				
Despesas financeiras	(719.523)	(490.891)	(1.679.752)	(1.301.443)
Receitas financeiras	188.005	386.367	227.925	742.648
Variação cambial	(1.399.682)	(186.616)	(1.612.525)	(311.492)
Efeito líquido dos derivativos	1.532.029	393.307	1.801.790	471.507
Resultado financeiro, líquido	(399.171)	102.167	(1.262.562)	(398.780)

22 Gestão de risco financeiro

Esta nota explica a exposição a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o desempenho financeiro futuro do grupo. As informações de lucros e perdas do ano atual foram incluídas, quando relevante, para adicionar mais contexto.

Risco	Exposição decorrente de:	Mensuração	Gestão
Risco de mercado – câmbio	(i) Transações comerciais futuras. (ii) Ativos e passivos financeiros Reconhecidos não denominados em reais.	(i) Fluxo de caixa futuro (ii) Análise de sensibilidade	Moeda estrangeira.
Risco de mercado – juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos e instrumentos financeiros derivativos.	(i) Análise de sensibilidade	Swap de juros.
Risco de mercado – Preços	(i) Transações comerciais futuras.	(i) Fluxo de caixa futuro (ii) Análise de sensibilidade	Preço futuro de energia elétrica (compra e venda)
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, derivativos, contas a receber de partes relacionadas e dividendos.	(i) Análise por vencimento (ii) Ratings de crédito	Disponibilidades e linhas de crédito.
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, REFIS, arrendamentos, derivativos, contas a pagar a partes relacionadas e dividendos.	(i) Fluxo de caixa futuro	Disponibilidades e linhas de crédito.

A Administração da Companhia identifica, avalia e protege os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais. O Conselho fornece princípios escritos para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto. Isso resultará efetivamente no reconhecimento da despesa de juros a uma taxa de juros fixa para os empréstimos e estoques com taxa de juros flutuante protegidos, à taxa de câmbio fixa para as compras protegidas.

A Companhia pode optar pela designação formal de novas operações de dívidas para as possuí instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo ("*Fair Value Option*") tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía instrumentos financeiros designados ao *fair value option*.

A política da Companhia é manter uma base de capital para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora que o retorno sobre o capital é adequado para cada um de seus negócios.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra essas áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

a) Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

i. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em dólares norte-americanos:

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	143.676	464.313
Contas a receber de clientes	17.502	11.399
Fornecedores	(174.178)	(80.093)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(8.007.493)	(6.472.395)
Contraprestação a pagar	(224.787)	(184.370)
Instrumentos financeiros derivativos (<i>nocional</i>)	5.453.252	4.652.205
Exposição cambial, líquida	(2.792.028)	(1.608.941)

A sensibilidade do resultado às mudanças nas taxas de câmbio decorre principalmente de instrumentos financeiros denominados em dólares e o impacto em outros componentes do patrimônio vem de contratos de câmbio futuros estrangeiros designados como *hedge* de fluxo de caixa através de suas *joint ventures*.

Um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do real em relação ao dólar norte-americano, em 31 de dezembro de 2020 teria afetado a mensuração de instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e o patrimônio líquido afetado e o resultado pelas quantias indicadas abaixo:

Instrumento	Fator de risco	Provável	Cenários			
			25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	Baixa cambial	(32.839)	243.603	520.045	(309.282)	(585.724)
Contas a receber de clientes	Baixa cambial	16.335	12.251	8.168	20.419	24.502
Fornecedores	Alta cambial	(162.557)	(121.918)	(81.278)	(203.196)	(243.836)
Instrumentos financeiros derivativos	Baixa cambial	1.927.323	3.625.932	5.208.343	461.112	(1.121.298)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta cambial	579.915	(1.426.149)	(3.432.214)	2.585.979	4.592.043
Contraprestação a pagar	Alta cambial	(209.792)	(157.344)	(104.896)	(262.240)	(314.688)
Impactos no resultado		2.118.385	2.176.375	2.118.168	2.292.792	2.350.999

O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado de dólares norte-americanos projetados para 31 de dezembro de 2021, que determina o valor justo dos derivativos naquela data. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio de dólar norte-americano usados no cenário provável.

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2020, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R\$/U.S.\$) de 25% e 50%. O cenário provável considera projeções, realizadas por consultoria especializada, para as taxas de câmbio até dezembro de 2020, como segue:

Análise de sensibilidade das taxas de câmbio (R\$/U.S.\$)						
						Cenários
	31/12/2020	Provável	25%	50%	-25%	-50%
U.S.\$	5,1967	4,8500	6,0625	7,2750	3,6375	2,4250

ii. Risco da taxa de juros

A Companhia e suas subsidiárias monitoram as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas com seus empréstimos e usam instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis.

Uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos em compensação dos investimentos em CDI com aumentos e reduções antes dos impostos de 25% e 50% é apresentada abaixo:

Exposição taxa de juros	Cenários de variação				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	104.038	124.449	150.600	72.571	46.562
Títulos e valores mobiliários	51.127	60.161	72.942	34.597	21.816
Ativo de contraprestação	63.709	79.636	95.564	47.782	31.854
Instrumentos financeiros derivativos	2.007.804	(80.703)	(429.939)	718.695	1.179.311
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(767.503)	(260.559)	(305.742)	(170.194)	(125.012)
Impactos no resultado	1.459.175	(77.016)	(416.575)	703.451	1.154.531

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, feita por uma terceira parte especializada e o Banco Central do Brasil (BACEN), como segue:

	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	2,23%	2,79%	3,35%	1,68%	1,12%
CDI	2,23%	2,79%	3,35%	1,68%	1,12%
TJLP462 (TJLP + 1% a.a.)	5,70%	6,88%	8,05%	4,53%	3,35%
TJLP	4,70%	5,88%	7,05%	3,53%	2,35%
IPCA	3,37%	4,21%	5,05%	2,53%	1,68%
IGPM	4,34%	5,43%	6,52%	3,26%	2,17%
Libor	0,48%	0,60%	0,72%	0,36%	0,24%
Fed Funds	0,15%	0,19%	0,23%	0,11%	0,08%

b) Risco de crédito

As operações regulares da Companhia expõem-no a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	4.614.053	6.076.644
Contas a receber de clientes	1.604.839	1.415.111
Títulos e valores mobiliários	2.271.570	1.363.048
Instrumentos financeiros derivativos	3.127.418	1.900.379
Recebíveis de partes relacionadas	271.766	171.910
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	77.561	22.684
Ativo de contraprestação	68.838	134.637
	12.036.045	11.084.413

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A”. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria de acordo com a política da Companhia.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/12/2020	31/12/2019
AAA	8.997.661	6.812.280
AA	1.015.380	2.527.791
	10.013.041	9.340.071

c) Risco de liquidez

A abordagem da Companhia em administrar a liquidez é assegurar, sempre que possível, liquidez suficiente para cumprir seus passivos quando vencerem, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou em arriscar danos à reputação da Companhia.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por datas de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2020				31/12/2019	
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.585.396)	(3.299.605)	(1.716.915)	(13.941.700)	(20.543.616)	(15.487.224)
Fornecedores	(1.875.192)	—	—	—	(1.875.192)	(1.676.725)
Outros passivos financeiros	(149.293)	—	—	—	(149.293)	(132.927)
Parcelamento de débitos tributários	(52.119)	(4.440)	(3.240)	(133.554)	(193.353)	(195.946)
Arrendamentos	(20.664)	(17.644)	(39.679)	(29.464)	(107.451)	(47.655)
Pagáveis a partes relacionadas	(150.484)	—	—	—	(150.484)	(260.236)
Dividendos a pagar	(16.301)	—	—	—	(16.301)	(590.204)
Instrumentos financeiros derivativos	390.929	193.566	907.204	2.595.384	4.087.083	2.373.512
	(3.458.520)	(3.128.123)	(852.630)	(11.509.334)	(18.948.607)	(16.017.405)

23 Benefício pós-emprego

Política contábil

O custo dos planos de pensão de benefício definido e de outros benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de várias suposições que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estes incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pela Administração em cada data de balanço.

i. Contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego segundo o qual a Companhia paga contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados no resultado nos períodos em que os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições para um plano de contribuição definida com vencimento superior a 12 meses após o final do período em que os funcionários prestam o serviço são descontadas ao seu valor presente.

A Companhia fornece plano de contribuição definida para todos os funcionários. Os ativos do plano são o plano Futura (Futura II - Entidade de Previdência Complementar) e o Plano de Pensões Comgás - PLAC. O Grupo não tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos.

ii. Benefício definido

De acordo com o regulamento, o que leva a Companhia a adotar tal provisão no valor presente benefícios e que os participantes assistidos recebem anuidade de acordo com o plano. Os principais riscos atuariais são:

- i. maior sobrevida ao especificado nas tabelas de mortalidade;
- ii. o retorno sobre o patrimônio líquido sob a taxa de desconto atuarial mais o IGP-DI acumulado; e
- iii. Estrutura real de família de diferentes hipóteses de aposentadoria estabelecidas.

iii. Plano médico

A subsidiária Comgás oferece os seguintes benefícios pós-emprego de assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data, somente empregados com 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia em 31 de maio de 2000 têm direito a este plano de benefício definido, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação aos planos de pós-emprego de benefícios definidos é calculado anualmente por atuários independentes.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-emprego representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019
Contribuição definida			
Futura II		129	277
Benefício definido			
Futura		163.972	74.093
Comgás		564.576	630.549
		728.677	704.919

a) Contribuição definida

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o valor das contribuições das patrocinadoras para os planos foi de R\$ 214 (R\$ 215 em 31 de dezembro de 2019).

b) Benefício definido

Futura: A subsidiária CLE patrocina a Futura - Entidade de Previdência Complementar ("Futura"), anteriormente Previd Exxon - Entidade de Previdência Complementar, que tem como objetivo principal os benefícios complementares, dentro de certos limites estabelecidos no regulamento do Plano de Aposentadoria. Este plano foi alterado para fechá-lo a novos participantes e aprovado pelas autoridades competentes em 5 de maio de 2011. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os valores das contribuições totalizaram R\$ 7.044 (R\$ 4.349 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019). A duração média ponderada da obrigação é de 11,87 anos. Em 2021, a subsidiária espera efetuar uma contribuição no valor de R\$ 4.700 em relação ao seu plano de benefício definido; e

c) Plano médico

Comgás: Obrigações relacionadas a planos de benefícios pós-emprego, que incluem assistência médica e incentivo a aposentadoria, pagamento de doença e pensão por incapacidade.

O plano de pensão de benefício definido é regido pelas leis trabalhistas do Brasil, que exigem que os pagamentos do salário final sejam ajustados para o índice de preços ao consumidor no momento do pagamento durante a aposentadoria. O nível de benefícios fornecidos depende do tempo de serviço e do salário do membro na idade de aposentadoria. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os valores das contribuições totalizaram R\$ 24.690 (R\$ 30.151 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019). A duração média ponderada da obrigação é de 14,9 anos (16,5 anos em 2019).

Os detalhes do valor presente da obrigação de benefício definido e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Obrigação de benefício definido inicial	1.249.630	1.012.792
Custo dos serviços correntes	540	480
Juros sobre obrigação atuarial	89.253	91.849
Perdas atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	(58.250)	211.030
(Perdas) e ganhos atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	30.267	(1.216)
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes pelas premissas demográficas	14	—
Benefícios pagos	(62.298)	(65.305)
Obrigação de benefício definido final	1.249.156	1.249.630
Valor justo inicial dos ativos do plano	(544.988)	(433.174)
Receitas de juros	(38.452)	(39.299)
Rendimento sobre os ativos maior que a taxa de desconto	34.370	(105.417)
Contribuições do empregador	(33.836)	(32.403)
Benefícios pagos	62.298	65.305
Valor justo final dos ativos do plano	(520.608)	(544.988)
Passivo líquido de benefício definido	728.548	704.642

A despesa total reconhecida no resultado é como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Custo dos serviços correntes	(540)	(480)
Juros sobre obrigação atuarial	(45.567)	(45.601)
	(46.107)	(46.081)

Valor total reconhecido como outros resultados abrangentes acumulados:

	31/12/2020	31/12/2019
Montante acumulado no início do exercício	66.285	170.682
Perdas atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	58.250	(211.030)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(30.267)	1.216
Ganhos atuariais decorrentes ativos maior que a taxa de desconto	(34.370)	105.417
Montante acumulado no final do exercício	59.898	66.285

Os ativos do plano são compostos do seguinte:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor	%	Valor	%
Renda fixa	513.470	99,97%	540.804	99,98%
Outros	180	0,04%	84	0,02%
	513.650	100,00%	540.888	100,00%

Os ativos do plano são compostos por ativos financeiros com cotação em mercados ativos e, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação do valor justo. A taxa esperada global de retorno dos ativos do plano é determinada com base nas expectativas de mercado vigentes nessa data, aplicáveis ao período durante o qual a obrigação deve ser liquidada.

As principais premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios da Companhia são as seguintes:

	Futura		COMGAS	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Taxa de desconto	7,20%	7,28%	7,43%	7,43%
Taxa de inflação	3,00%	3,70%	3,50%	3,70%
Futuros aumentos salariais	N/A	N/A	6,60%	6,81%
Futuros aumentos de pensão	3,00%	3,70%	6,60%	6,81%

Análise de sensibilidade

Mudanças na taxa de desconto para a data do balanço é uma das premissas atuariais relevantes, embora mantendo outras premissas, pois afeta a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

	Taxa de desconto	
	Aumento	Redução
	0,50%	-0,50%
Futura	(31.358)	34.201
COMGAS	(35.907)	40.575

Não houve alteração com relação as premissas biométricas e demográficas em relação aos anos anteriores e aos métodos adotadas na elaboração da análise de sensibilidade.

24 Pagamento com base em ações

Política contábil:

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios.

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração de cada Companhia, a seu critério, por um Comitê, dentro dos limites estabelecidos nas diretrizes para a elaboração e estruturação de cada plano e na legislação aplicável.

O detalhe dos planos, incluindo a quantidade de ações outorgadas, bem como a expectativa de exercício é conforme segue:

a) Plano de remuneração baseado em ações

De acordo com o plano, os funcionários elegíveis podem receber ações ordinárias anualmente sem pagamento em dinheiro. O número de ações emitidas para os participantes do programa é o valor da oferta dividido pelo preço médio ponderado pelo qual as ações da Companhia são negociadas na Bolsa de Valores.

Para a remuneração baseada em ações liquidada com ações, a despesa é baseada na data de concessão do valor justo dos prêmios que devem ser adquiridos durante o período de carência. Para prêmios com *vesting* graduado, o valor justo de cada tranche é reconhecido durante o respectivo período de carência. Ao final de cada período de reporte, a Companhia reavalia suas estimativas do número de prêmios que devem ser adquiridos e reconhece o impacto das revisões na demonstração do resultado.

A metodologia *Black-Scholes* foi utilizada para calcular o valor justo nos termos do Plano de Remuneração Baseada em Ações.

A controlada CLI possui um plano de *phantom shares* que prevê a concessão de direitos de valorização de ações (“SARs”) e outros prêmios baseados em dinheiro para certos funcionários. Os SARs oferecem a oportunidade de receber um pagamento em dinheiro igual ao valor justo de mercado das ações ordinárias da Companhia, menos o preço da concessão. A despesa de compensação é reconhecida com base no valor justo dos prêmios que devem ser adquiridos e permanecerem em aberto no final do período de relatório usando um modelo de precificação de opções *Black-Scholes*. Quaisquer alterações no passivo são reconhecidas nos lucros ou prejuízos.

Tipo de prêmio / Data de concessão	Empresa	Expectativa de vida (anos)	Concessão	Exercido / cancelado / transferido	Disponível
Programa de concessão de ações					
27/04/2017	Cosan S.A.	5	274.000	(84.000)	190.000
31/07/2017	Cosan S.A.	5	298.107	(90.262)	207.845
31/07/2018	Cosan S.A.	5	210.602	(17.868)	192.734
31/07/2019	Cosan S.A.	5	57.255	—	57.255
31/07/2020	Cosan S.A.	5	17.243	—	17.243
			857.207	(192.130)	665.077
20/04/2017	Comgás	5	61.300	(14.405)	46.895
12/08/2017	Comgás	5	97.780	(13.616)	84.164
01/08/2018	Comgás	5	96.787	(5.338)	91.449
31/07/2019	Comgás	5	83.683	(3.997)	79.686
01/02/2020	Compass Gás e Energia	5	1.858.969	—	1.858.969
			2.198.519	(37.356)	2.161.163

**Plano de remuneração
baseado em ações -
Modificação**

18/08/2011 (i)	Cosan S.A.	1 a 12	1.501.626	(1.276.283)	225.343
12/12/2012	Cosan S.A.	1 a 7	24.647	(24.647)	—
24/04/2013 (ii)	Cosan S.A.	5 a 7	122.123	(122.123)	—
25/04/2014 (iii) (vii)	Cosan S.A.	5 a 7	283.808	(283.808)	—
31/08/2015 (v) (vi) (iv) (viii) (ix)	Cosan S.A.	5 a 7	463.906	(453.515)	10.391
			2.396.110	(2.160.376)	235.734

**Plano de remuneração
baseado em ações
liquidados em caixa**

31/07/2019	Moove	5	132.670	—	132.670
31/07/2020	Moove	5	106.952	—	106.952
			239.622	—	239.622

Total						5.691.458	(2.389.862)	3.301.596
--------------	--	--	--	--	--	------------------	--------------------	------------------

- (i) Em 30 de abril de 2020 houve liquidação de 225.531 ações em caixa no montante de R\$ 20.281.
- (ii) Em 23 de janeiro de 2020 houve a entrega de 9.579 ações, equivalente ao montante de R\$ 333.
- (iii) Em 05 de março de 2020 houve a entrega de 21.504 ações, equivalente ao montante de R\$ 748.
- (iv) Em 14 de julho de 2020 houve a entrega de 9.416 ações, equivalente ao montante de R\$ 421.
- (v) Em 31 de agosto de 2020 houve a entrega de 241.283 ações, equivalente ao montante de R\$ 10.801.
- (vi) Em 01 de setembro de 2020 houve a entrega de 29.201 ações, equivalente ao montante de R\$ 1.307.
- (vii) Em 30 de julho de 2020 houve liquidação de 10.752 ações em caixa no montante de R\$ 533.
- (viii) Em 13 de outubro de 2020 houve a entrega de 6.568 ações, equivalente ao montante de R\$ 312.
- (ix) Em 31 de dezembro de 2020 houve liquidação de 16.531 ações em caixa no montante de R\$ 627.

b) Reconciliação de opções de ações em circulação

O movimento no número de prêmios em aberto e seus preços de exercício médios ponderados relacionados são os seguintes:

	Plano de opção de compra de ações	Programa de concessão de ações	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	5.029.000	902.228	5.931.228
Outorgado	—	247.384	247.384
Exercido	(18.261)	(919.237)	(937.498)
Transferidos	(2.396.110)	2.396.110	—
Cancelada	(2.614.629)	(702.404)	(3.317.033)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	—	1.924.081	1.924.081
Outorgado	—	1.994.368	1.994.368
Exercido	—	(616.853)	(616.853)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	—	3.301.596	3.301.596

c) Mensuração de valores justo

O valor justo médio ponderado dos programas concedidos durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e as principais premissas utilizadas na aplicação do modelo *Black-Scholes* foram as seguintes:

	Programa de concessão de ações					
	Cosan S.A.		Compass		Comgás	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Média ponderada do valor justo na data da outorga	50,88	50,88	13,58	-	78,58	78,58
Média ponderada das principais premissas:						
Preço de mercado na data de outorga	50,88	50,88	13,58	-	78,58	78,58
Taxa de juros	6,82%	6,82%	N/A	-	6,82%	6,82%
Dividendos pagos	-	-	N/A	-	-	-
Volatilidade	36,50%	36,50%	N/A	-	32,81%	32,80%

d) Despesas reconhecidas no resultado

As despesas de remuneração com base em ações incluídas na demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram as seguintes:

	Plano de opção de compra de ações	Programa de concessão de ações	Total
Exercício findo em 31/12/2019	1.627	39.922	41.549
Exercício findo em 31/12/2020 ⁽ⁱ⁾	5.886	23.291	29.177

(i) O custo incremental foi reconhecido no resultado do exercício.

25 Eventos subsequentes

25.1 Deliberação ARSESP nº 1.111

Em 13 de janeiro de 2021, a ARSESP publicou a Deliberação nº 1111, que atualizou as tabelas tarifárias a serem aplicadas e sobre a tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD) a serem aplicadas no mercado livre pela concessionária de distribuição de gás canalizado, revogando a Deliberação ARSESP nº1065 de 26 de novembro de 2020.

25.2 Liquidação de Notas Promissórias na controlada indireta Comgás

Em 05 de janeiro de 2021 a controlada Comgás, liberou e aprovou o pagamento de principal, juros e prêmios da 4ª, 5ª e 6ª emissão de notas promissórias no valor de R\$ 1.125.092 com base em 30 de dezembro de 2020, o qual foi realizado em 06 de janeiro de 2021.

25.3 Reorganização societária

Em 22 de janeiro de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a reorganização societária conforme detalhado na nota 1.3.

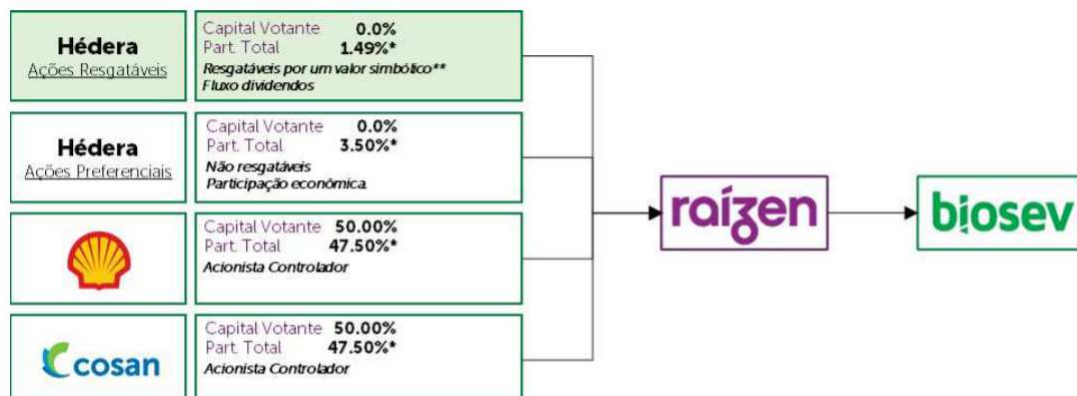
25.4 Plano de recompra de ações

Em 5 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou um novo plano de recompra de no máximo 10.000.000 de ações ordinárias, pelo prazo de 18 meses.

25.5 Aquisição da Biosev S.A. por meio da Raízen

Em 8 de fevereiro de 2021, a controlada em conjunto Raízen Energia celebrou contrato de aquisição com a Biosev S.A. (“Biosev”) e a Hédera Investimentos e Participações S.A. (“Hédera”), na qualidade de acionista controladora da Biosev, entre outras partes, por meio do qual a Raízen concordou em, sujeito aos termos e condições nele estabelecidos, adquirir até 100% das ações de emissão da Biosev.

A aquisição envolve uma troca de ações, com emissão de 3,5% de ações preferenciais da Raízen não-resgatáveis e sem direito de voto, 1,4999% de ações preferenciais da Raízen resgatáveis a valor simbólico e sem direito de voto e um valor pago em dinheiro no montante de R\$3.600.000 para refinanciamento da dívida da Hédera de forma eficiente. Dessa forma, a estrutura acionária após a aquisição da Biosev será a seguinte:



A aquisição está sujeita à satisfação de determinadas condições suspensivas estabelecidas no Contrato. Entre outras, as principais condições são:

- i. A Biosev deverá conduzir uma reestruturação de seu endividamento financeiro atual a fim de preservar o nível de alavancagem da Raízen;
- ii. A Biosev deverá conduzir uma reestruturação societária que levará a Biosev a não mais ter suas ações negociadas em bolsa; e
- iii. A aprovação da Operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

25.6 Distribuição de dividendos Compass

Em 9 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração da controlada Compass Gás e Energia aprovou a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$200.000. O pagamento deverá ocorrer até o dia 28 de fevereiro de 2021.